



**UFSM**

**Trabalho de Graduação**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
UM ESTUDO DE CASO**

---

**Andréia Antunes da Silva**

**Aline Mariosi Silveira**

**Curso de Ciências Contábeis**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2004**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
UM ESTUDO DE CASO**

---

**por**

**Andréia Antunes da Silva**

**Aline Mariosi Silveira**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de

**Bacharel em Ciências Contábeis.**

**Curso de Ciências Contábeis**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2004**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Ciências Contábeis**

A orientadora, abaixo assinada, aprova o Trabalho de Graduação

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
UM ESTUDO DE CASO**

elaborado por  
**Andréia Antunes da Silva**  
**Aline Mariosi Silveira**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Ciências Contábeis**

---

**Professora Sélia Gräbner**

(Orientadora)

**Santa Maria, Dezembro de 2004.**

Dedicamos este trabalho às pessoas que sempre estavam nas horas certas e necessárias emprestando suas palavras de apoio e conforto

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus fonte de luz e esperança que esteve conosco em todos os momentos precisos na busca desse ideal.

Aos nossos pais, familiares, noivo e namorado por sempre acreditarem na nossa capacidade de lutar e vencer. Estaremos eternamente agradecidas pelo apoio e compreensão ao longo de nossas vidas e na realização desta graduação.

A nossa orientadora professora Sélia Gräbner, pelo conhecimento, disposição, atenção e amizade. Agradecemos também, aos demais professores e funcionários do Curso de Ciências Contábeis por tudo o que contribuíram para a realização desta conquista.

Aos colegas que durante essa jornada acadêmica se mostraram grandes amigos e companheiros.

Por último, a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que esse trabalho fosse concluído.

Obrigada!

## SUMÁRIO

|  | Página    |
|--|-----------|
| LISTA DE FIGURAS .....   | vii       |
| LISTA DE GRÁFICOS .....  | viii      |
| LISTA DE QUADROS .....   | ix        |
| LISTA DE TABELAS .....   | x         |
| <b>1- INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>2- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>                            | <b>15</b> |
| 2.1 - Conceito e objetivo da contabilidade.....                  | 15        |
| 2.2 - A contabilidade social.....                                | 17        |
| 2.3 - Responsabilidade social.....                               | 19        |
| 2.4 - Balanço social .....                                       | 20        |
| 2.5 - Demonstrações financeiras .....                            | 24        |
| 2.6 - Demonstração do valor adicionado .....                     | 25        |
| 2.6.1 - Considerações iniciais .....                             | 25        |
| 2.6.2 – Histórico .....  | 27        |
| 2.6.3 – Conceito .....   | 28        |
| 2.6.4 – Objetivo.....  | 29        |
| 2.6.5 – Usuários.....  | 30        |
| 2.6.6 - Características da demonstração do valor adicionado..... | 31        |
| 2.6.7 – Legislação .....   | 32        |

|  |           |
|--|-----------|
| 2.6.8 - Vantagens e desvantagens da demonstração do valor adicionado.....  | 34        |
| 2.6.9 – Como elaborar a demonstração do valor adicionado .....             | 36        |
| 2.7 - Demonstração do resultado do exercício.....                          | 39        |
| 2.7.1 - Considerações iniciais .....                                       | 39        |
| 2.7.2 - Conceito e objetivo .....  | 40        |
| 2.7.3 – Características .....  | 42        |
| <b>3 - A EMPRESA MODELO.....</b>   | <b>44</b> |
| 3.1 - Informações gerais sobre a empresa.....                              | 44        |
| 3.2 - Responsabilidade social da empresa.....                              | 46        |
| <b>4 - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....</b>                         | <b>47</b> |
| 4.1 - Estrutura e elaboração da demonstração do valor adicionado.....      | 47        |
| 4.1.1 - Distribuição do valor adicionado.....                              | 50        |
| 4.2 - Dados comparativos com a demonstração do resultado do exercício..... | 56        |
| 4.3 - Análise dos dados apurados na demonstração do valor adicionado.....  | 58        |
| <b>5 – CONCLUSÃO .....</b>   | <b>62</b> |
| BIBLIOGRAFIA.....  | 65        |
| ANEXOS.....  | 68        |

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 01 – Usuários da demonstração do valor adicionado .....30



## **LISTA DE GRÁFICOS**

|  |    |
|--|----|
| GRÁFICO 01 – Remuneração aos empregados .....              | 51 |
| GRÁFICO 02 – Remuneração aos sócios e acionistas .....     | 53 |
| GRÁFICO 03 – Remuneração aos governos .....                | 54 |
| GRÁFICO 04 – Remuneração aos financiadores e credores..... | 55 |
| GRÁFICO 05 – Remuneração dos usuários .....                | 56 |

## **LISTA DE QUADROS**

|  |    |
|--|----|
| QUADRO 01 – Dados gerais da empresa calçados azaléia.....    | 45 |
| QUADRO 02 – Modelo de demonstração do valor adicionado ..... | 48 |
| QUADRO 03 – Cálculo do valor adicionado .....                | 49 |
| QUADRO 04 – Distribuição do valor adicionado.....            | 50 |

## **LISTA DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| TABELA 01 – Participação no valor adicionado total ..... | 59 |
| TABELA 02 – Grau de capacidade de produzir riqueza ..... | 60 |
| TABELA 03 – Taxa de variação do valor adicionado.....    | 60 |

## 1 - INTRODUÇÃO

Durante muito tempo às empresas se detinham apenas em atender as necessidades de normas técnicas e legais das suas atividades. Não se preocupavam em elaborar junto à contabilidade um instrumento com informações de cunho social, econômico e financeiro. Com o aumento da competitividade e da busca do diferencial perante os concorrentes, as entidades ampliaram sua visão e mudaram o seu foco, buscando, assim o verdadeiro significado da sua existência, dando uma ênfase maior nas relações com o meio ambiente e com a sociedade em que está inserida. Desse modo, passaram a adotar este novo perfil buscando, com responsabilidade, comunicar a seus usuários informações úteis para o processo de tomada de decisão.

A Contabilidade, neste contexto, vem evoluindo da simples função de controle do patrimônio e da riqueza gerada pela entidade, para uma posição de destaque, passando a ter uma importância cada vez maior para os usuários como forma de apoio nos momentos onde é definido o futuro da empresa. Seu objetivo de coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma entidade em determinado momento foi ampliado, devido o empresário precisar dessas informações para a gestão de seus negócios, quanto de

informações sociais que lhe permitam verificar a situação de sua empresa num contexto geral.

Em resposta a essa nova necessidade dos usuários, criou-se a Demonstração do Valor Adicionado, peça do Balanço Social, que se apresenta como um indicador de eficiência e eficácia da gestão empresarial no campo social, além de permitir análises econômicas relacionadas com a geração de riquezas.

Sendo assim, devido ainda às demonstrações tradicionais terem suas informações direcionadas para atender os interesses dos administradores e dos órgãos fiscais, necessitando de dados que evidenciem informações diversas das contidas nessas demonstrações, qual a importância da Demonstração do Valor Adicionado, como fonte de informação, sobre a riqueza criada e distribuída por uma empresa e quais os benefícios de sua utilização como complemento da Demonstração do Resultado do Exercício pela empresa?

Assim, com base na Demonstração Contábil da empresa Calçados Azaléia S.A, o objetivo do presente trabalho é evidenciar as diversas informações que a Demonstração do Valor Adicionado agrega em relação à Demonstração do Resultado do Exercício e como objetivos específicos evidenciar as vantagens e desvantagens da utilização da Demonstração do Valor Adicionado como ferramenta gerencial e elaborar a Demonstração do Valor Adicionado a partir da Demonstração do Resultado do Exercício.

Tendo em vista a restrita utilização da Demonstração do Valor Adicionado por parte das organizações como um instrumento inovador de informações econômicas, financeiras e sociais, o presente

trabalho servirá para demonstrar a importância da utilização da Demonstração do Valor Adicionado como complemento da Demonstração do Resultado do Exercício, abordando as diversas informações fornecidas assim como suas vantagens e desvantagens

No tocante à metodologia empregada no trabalho, o primeiro capítulo apresenta uma introdução seguida do capítulo dois onde foi desenvolvida uma revisão bibliográfica em livros, manuais, artigos de revistas, periódicos, jornais, Internet, teses e nas diversas obras que abordam sobre a Demonstração do Valor Adicionado e sobre a Demonstração do Resultado do Exercício.

O terceiro capítulo traz informações sobre a empresa que serviu de estudo para o presente trabalho.

No capítulo seguinte foi realizada uma análise e interpretação dos dados da Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado. Neste capítulo é possível verificar a distribuição da riqueza gerada aos diversos usuários, bem como a análise de índices comparativos evidenciando a evolução entre períodos distintos. Sendo em seguida efetuada a conclusão do estudo realizado.

A delimitação da pesquisa será a elaboração, estudo e análise da Demonstração do Valor Adicionado, como complemento da Demonstração do Resultado do Exercício, da empresa referente ao período de 01.01.2001 a 31.12.2003.

Por ser um estudo de caso de caráter exploratório, o resultado apresentado não é suscetível de extensão ou ampliação a outras empresas ou setores, mesmo que similares. Com isso, quer se afirmar

que são referentes apenas ao contexto específico da empresa pesquisada, não sendo estatisticamente representativos.

## **2 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 Conceito e objetivo da contabilidade**

A contabilidade surgiu num período da história em que nasceu a necessidade de controlar o que se possuía, o que se gastava e o que se devia. As pessoas estavam sempre em busca de aumentar suas posses e suas riquezas. Os primeiros vestígios de registros dos fatos foram dos Incas que utilizavam os nós em cordas para registrarem seus bens. No Egito, era anotado a medição e o transporte do trigo. Na Babilônia, a escrituração era feita em tábuas de argila retangulares ou ovais bem rudimentares. No Brasil, conforme informações contidas no site do Conselho Regional de Contabilidade, a contabilidade sofreu forte influência da corrente italiana. Por volta de 1920 a 1940 cada firma (não se dizia empresa nessa época) comercial ou industrial tinha o seu "guarda-livros". Seu maior avanço ocorreu após a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) que, além de estabelecer normas contábeis detalhadas, fez uma separação entre a contabilidade para efeitos comerciais e para efeitos fiscais.

Os cenários descritos anteriormente foram afetados pela globalização, que passaram a exigir das empresas a expansão dos



negócios e a captação dos recursos, fazendo com que as empresas disponibilizassem informações confiáveis e oportunas para os usuários.

Sendo a contabilidade, conforme descrita por Ribeiro (1999), um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica e financeira, tem o seu objetivo voltado para o estudo e a prática das funções de orientação, controle e registro dos fatos e atos ocorridos no patrimônio. Segundo este mesmo autor (1999, p.33), “A contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa”.

Para Franco (1992, p.27),

Contabilidade é uma a ciência que estuda, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Partindo de diversos conceitos, o objetivo da contabilidade deve sintetizar a produção de informações úteis a diversos interessados que estejam envolvidos direta ou indiretamente com a rotina empresarial. Deve e pode enriquecer as atividades das empresas com informações plena, justa e clara.

A entidade seja qual for sua natureza: indivíduo, empresa, corporações ou sociedades, exercendo sua atividade socioeconômica, gera fatos que devem ser captados pelo sistema de informações

contábeis. Dessa forma, essas informações possibilitam conhecer as vantagens e desvantagens do investimento e decidir se deve mantê-lo, desfazê-lo ou aumentá-lo.

Assim, deve-se confiar no potencial que tem a Contabilidade, para atender às necessidades, tanto do ponto de vista da entidade quanto da sociedade. Sobre esta última, pretende buscar informações que nos permitam formar um entendimento acerca da importância da contabilidade dentro do contexto social.

## **2.2 A contabilidade social**

A Ciência Contábil tem diversas especializações, sendo que todas estudam o patrimônio de uma entidade com focos diferentes. Devido à evolução da contabilidade e a necessidade dos seus usuários, surge uma nova especialização, a Contabilidade Social, que objetiva não somente evidenciar as variações patrimoniais, mas também a influência das atividades das empresas na sociedade e no meio ambiente. A Contabilidade social tem sido, nos últimos tempos, um dos temas mais debatidos em palestra e eventos em todo o Brasil. Um dos grandes questionamentos que se tem a esse respeito, é do comprometimento das empresas por meio das suas atividades com a sociedade em geral. Não basta apenas elas proporcionarem o retorno dos investimentos para os seus acionistas, sendo que a sociedade tem

participação no seu desenvolvimento e crescimento. Nada mais justo que a sociedade também tenha o retorno sobre esses investimentos.

De acordo com Carmo *et all* (2002, p.70), “A contabilidade tem o dever de evidenciar a empresa num novo conceito, amplo e abrangente, demonstrando assim o trabalho executado no âmbito social em geral”,

Verifica-se que normalmente o grau de avanço da contabilidade está diretamente associado ao grau de progresso econômico, social e institucional de cada sociedade.

Segundo Rosseti (1995, p.18),

A Contabilidade Social é uma técnica, similar a dos sistemas convencionais de contabilidade, que se propões a apresentar uma síntese de informações, cifradas em unidades monetárias, sobre os vários tipos de transações econômicas que se verificam, em determinado período de tempo, entre os diversos setores e agentes do sistema econômico de um país.

Conforme diversos autores da área, existem várias linhas de entendimento referente à definição da Contabilidade Social, sendo que todas mostram que a contabilidade possui ferramentas capazes de fazer com que as empresas contribuam para diminuir a desigualdades sociais.

Neste sentido, resumidamente, Contabilidade Social na opinião de De Luca (1998) é a contabilidade que propicia um melhor conhecimento das configurações de rentabilidade e financeiras e, indiretamente, auxiliam os acionistas, os tomadores de decisões, os

investidores a aumentar a riqueza da entidade e, como consequência, as suas, amenizando-lhes as necessidades.

### **2.3 Responsabilidade social**

Num mundo onde competição é palavra dominante para a sobrevivência empresarial, as empresas não devem apenas permanecer com a idéia de gerar lucros, e sim de otimizar esses lucros com fins sociais, geradores de bem-estar social por meio de apoio ao desenvolvimento da sociedade em que esta inserida. A responsabilidade social ajuda a empresa a crescer e a permanecer no mercado, tendo assim cada vez mais o apoio da sociedade à medida que direciona seus investimentos na área social. Perottoni (2002) explica que a organização que assumir o seu compromisso com o social estará contribuindo, de maneira decisiva, para a sua sustentabilidade e para o seu desempenho.

Ainda, para o mesmo autor (2002, p.52), “o relacionamento da empresa com os vários segmentos sociais deixa evidente a grande dimensão de sua Responsabilidade Social”.

Partindo desse conceito, a Responsabilidade Social é uma maneira da empresa conduzir o seu negócio que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social, alcançando assim, capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores,

comunidade, governo e meio-ambiente) e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades.

Para Tachizawa (2002, p.209):

A responsabilidade perante a sociedade é enfatizada por princípios empresariais que estabelecem o compromisso dos colaboradores com a comunidade em que a empresa atua. Tal postura reforça o comportamento ético, assegurando o cumprimento da legislação e da regulamentação governamental em um contexto de permanente integração com a comunidade.

Dessa forma, surge assim um dos instrumentos necessários de medição do desempenho econômico-financeiro das entidades que contribui com o nível de responsabilidade social dos agentes econômicos - o Balanço Social.

## **2.4 Balanço social**

Num curto espaço de tempo, houve uma evolução na finalidade dos balanços, iniciando o seu uso pelos proprietários e acionistas das entidades, passando para os credores e usuários externos da contabilidade e para o poder tributante, e hoje, para o uso social, propriamente dito, sendo fonte de informação para empregados, sociedade em geral e para o meio ambiente.

Para De Luca (1998), a mobilização pela publicação e divulgação do Balanço Social no Brasil teve início por volta de 1961, com a

manifestação da Associação dos Dirigentes Cristãos das Empresas que passaram a exigir uma maior responsabilidade dos seus dirigentes nas questões sociais. Mas, somente na década de 80 que o Balanço Social passa a ser discutido e utilizado no meio empresarial, mediante diversos estudos do Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia e Administração da USP. Ganhou maior ênfase somente no ano de 1996 com uma campanha iniciada pelo sociólogo Herbert de Souza, que, com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em conjunto com o jornal Gazeta Mercantil, obteve a adesão de diversas empresas à sua proposta de publicação do balanço social.

A Comissão de Valores Mobiliários passou a apoiar a publicação do balanço, mas não a torna obrigatória. Em 1997 levou em audiência pública a publicação pelas companhias abertas, sendo que até hoje não existe uma legislação específica para a sua obrigatoriedade e padronização.

No Congresso Nacional, está tramitando um projeto de Lei de autoria de Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling, que obrigaria as empresas com mais de 100 empregados, a divulgar, juntamente com as outras demonstrações, o Balanço Social, facultando também para as empresas que não estariam obrigadas.

Esse projeto de lei elaborado em maio de 1997 conceitua no seu artigo 2º Balanço Social como sendo:

Balanço Social é documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento

das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e a possibilidade de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação como meio ambiente.

Em 1998, Porto Alegre, passa a ter uma regra para a publicação do balanço social através da lei nº 8.118. Em 1999, o deputado federal Paulo Rocha apresenta um novo projeto de Lei, nº 032/99, que torna obrigatório a publicação do balanço social. Em janeiro de 2000, através da Lei nº 11.440/00 de autoria do deputado César Buzatto, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul regulamenta o Certificado de Responsabilidade Social - RS e o balanço social no âmbito do Estado, tal certificado passa a ser conferido pela Assembléia Legislativa às empresas, após apreciação do balanço social do ano anterior.

Em outubro deste ano, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a NBC T 15 por meio da Resolução do CFC nº 1.003/204, onde foi instituída as Demonstrações de Informação de Natureza Social e Ambiental (entende-se por informações de Natureza Social e Ambiental a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos, a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente). O objetivo desta é demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

Quando elaborada, deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados pela citada Resolução, deve ainda, ser efetuada como informação complementar às

demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

Embora ainda não seja uma ferramenta muito utilizada pelas empresas, o Balanço social está passando por muitas mudanças, desenvolvendo novas culturas nas empresas, evidenciando sua elaboração e divulgação em números cada vez maior. Não obstante, ocorreu um aumento dos usuários desse balanço, sendo cada um com suas necessidades específicas.

Para Tinoco (1984, p.108):

Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa reportar, da forma mais transparente possível, vale dizer, com evidenciação plena – full disclosure -, informações econômica, financeiras e sociais do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários da informação, dentro esses usuários os trabalhadores.

Tinoco (2002, p.62) afirma que “O balanço social tem por ambição descrever uma certa realidade econômica e social de uma entidade, por meio do qual essa entidade torna-se suscetível de avaliação”.

Quanto ao foco do Balanço Social, três vertentes básicas são enfatizadas: Balanço de Recursos Humanos, Balanço Ambiental e Demonstração do Valor Adicionado. No que se refere esta última, a mesma é considerada uma das peças mais importantes desse balanço já que seu objetivo é evidenciar toda riqueza gerada pela empresa e a forma como esta será distribuída, não substituindo a Demonstração do Resultado do Exercício mas ampliando o seu foco.



## **2.5 Demonstrações financeiras**

De acordo com Neves & Viceconti (2001), as demonstrações financeiras ou também conhecidas como demonstrações contábeis são aquelas que objetivam apresentar os resultados das operações e a posição patrimonial-financeira da sociedade. Segundo previsto na Lei nº 6.404/76, é obrigado que no final de cada exercício, com base na escrituração mercantil, sejam elaboradas e publicadas pelas sociedades por ações as quatro demonstrações financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (opcionalmente substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. Com essa lei, notou-se um considerável avanço e aperfeiçoamento contábil em relação ao que se praticava anteriormente. Hoje, com a legislação fiscal, iniciada pelo Decreto-lei nº 1.597/77, são obrigatórias também para os demais tipos de sociedades.

Conforme citado por Júnior & Begalli (1999), as demonstrações ainda, conforme a lei das Sociedades Anônimas, devem ser complementadas pelas Notas Explicativas, necessárias para esclarecer as demonstrações financeiras e facilitar as análises da situação da empresa e do resultado do período.

Devido aos princípios que orientam a preparação do resultado do exercício serem os mesmos que servem de base para a elaboração da demonstração do valor adicionado, o presente trabalho estudou com

maior profundidade essa demonstração durante o seu desenvolvimento.

## **2.6 Demonstração do valor adicionado**

### **2.6.1 Considerações iniciais**

Com o advento da globalização da economia, a competitividade se torna mais “acirrada”, fazendo com que as empresas implementem novas ações de forma dinâmica para sobreviver em face às mudanças que estão ocorrendo no mundo. Nesta visão, a sociedade cada vez mais exige fornecimento de informações úteis. A transparência da empresa quanto a sua atuação social permite a ela fortalecimento de sua imagem e, conseqüentemente, garante sua continuidade e credibilidade diante da sociedade. Com base em demonstrações que evidenciem a responsabilidade social das empresas, a sociedade poderá interpretar e avaliar a ação do governo e das organizações privadas no uso de recursos naturais disponíveis, bem como a eficácia da gestão patrimonial, com os respectivos benefícios acrescentados ou adicionados aos trabalhadores ou a comunidade em geral.

É neste contexto que se surge a necessidade de se ter uma demonstração econômico-financeira que propicie informações compreensíveis e transparentes a qualquer categoria de usuário,

independentemente do grau de seus conhecimentos em matéria contábil. Assim, surge a Demonstração do Valor Adicionado, que assume o papel de demonstração contábil complementar, visando a informar sobre a participação de todos os fatores econômicos que intervieram na criação de valor para a entidade e o conseqüente rateio desse valor entre esses mesmos agentes econômicos.

Muitas empresas, preocupadas com sua imagem junto à população, ao governo e aos seus investidores, começaram a demonstrar no Balanço Social por meio da Demonstração do Valor Adicionado, como se distribuem as riquezas por ela gerada e quais as vantagens de sua permanência na sociedade em que está estabelecida, assegurando, assim, a convivência pacífica, com as mais variadas classes da comunidade.

O Valor adicionado é uma visão diferente em termos de demonstração contábil. Em geral, as demonstrações contábeis tradicionais evidenciam os lucros gerados pela empresa que serão distribuídos aos sócios e acionistas. A demonstração do valor adicionado tem uma visão mais sócio-econômica, evidenciando os dados sociais das empresas, fornecendo informações que permitam ao usuário externo avaliar a profundidade e a qualidade de sua atuação social.

## 2.6.2 Histórico

A Demonstração do Valor Adicionado é uma demonstração que segundo Athar (1999) surgiu na Europa e tem sido nos últimos anos cada vez mais solicitada em nível internacional. Para Cosenza (2003), as primeiras aplicações da informação do Valor Adicionado surgiram nos Estados Unidos da América, na década de vinte, quando foi utilizado como base para cálculo dos sistemas de pagamento de incentivos governamentais. Porém, segundo o mesmo autor há correntes filosóficas que defendem a idéia de que o Valor Adicionado já era conhecido há 200 anos em sua estrutura macroeconômica.

Nos anos setenta, o interesse pela informação do Valor Adicionado se estendeu amplamente entre as empresas britânicas, pois estas buscavam estabelecer um melhor canal de comunicação com seus empregados, com o fim de obter uma melhor produtividade.

Segundo De Luca (1998), no Brasil, passou-se a enfocar a idéia do Balanço Social pela ADCE - Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas no Estado de São Paulo, em 1961; porém, só em 1991 foi matéria de um anteprojeto de lei do deputado Valdir Campelo e, somente após o sociólogo Herbert de Souza, lançar uma campanha nacional pela sua publicação é que teve divulgação.

### 2.6.3 Conceito

O Conceito de Valor adicionado pode ser definido segundo inúmeras concepções, podendo variar conforme o contexto onde será desenvolvido. Para De Luca (1998), o valor adicionado pode ser delimitado no âmbito de uma informação econômico-financeira de natureza histórica, que evidencia a circulação real do patrimônio e mostra o valor econômico que foi gerado por uma entidade durante um certo período de tempo, descrevendo como este valor foi distribuído entre aqueles que contribuíram para a sua criação.

Na opinião de Tinoco (2002), o valor adicionado é uma das maneiras de se analisar o desempenho social e econômico das organizações, no sentido de informar a agregação e a forma com que esse valor está sendo distribuído entre os diferentes agentes sociais que interagem com suas atividades.

Segundo De Luca (1998, p.28),

Valor Adicionado é a remuneração dos esforços desenvolvidos para a criação da riqueza da empresa. Tais **esforços** são, em geral, os empregados que fornecem a mão-de-obra, os investidores que fornecem o capital, os financiadores que emprestam os recursos e o governo que fornece a lei e a ordem, infra-estrutura sócio-econômica e os serviços de apoio.

Já Neves & Viceconti (2001, p.269), conceituam “Valor Adicionado ou Valor Agregado como sendo o valor que representa a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo”.

É neste sentido que a Demonstração do Valor Adicionado, representada como uma ferramenta de análise social, econômica e financeira, vem contribuir para a obtenção de informações, destacando o grau de contribuição de uma empresa para a economia e os agentes que serão beneficiados com a distribuição da riqueza evidenciada.

#### **2.6.4 Objetivo**

As empresas começaram a ter uma maior preocupação das suas responsabilidades para com a sociedade em que estão inseridas. O Balanço Social que visa demonstrar o grau dessa responsabilidade possui como componente importante à Demonstração do Valor Adicionado que foi criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade. Dessa forma, conforme Iudícibus *et all* (2000, p.31), “a Demonstração do Valor Adicionado objetiva evidenciar a contribuição da empresa para o desenvolvimento econômico-social da região onde está instalada, ela discrimina o que a empresa agrega de riqueza à economia local e, em seguida, a forma como distribui essa riqueza”.

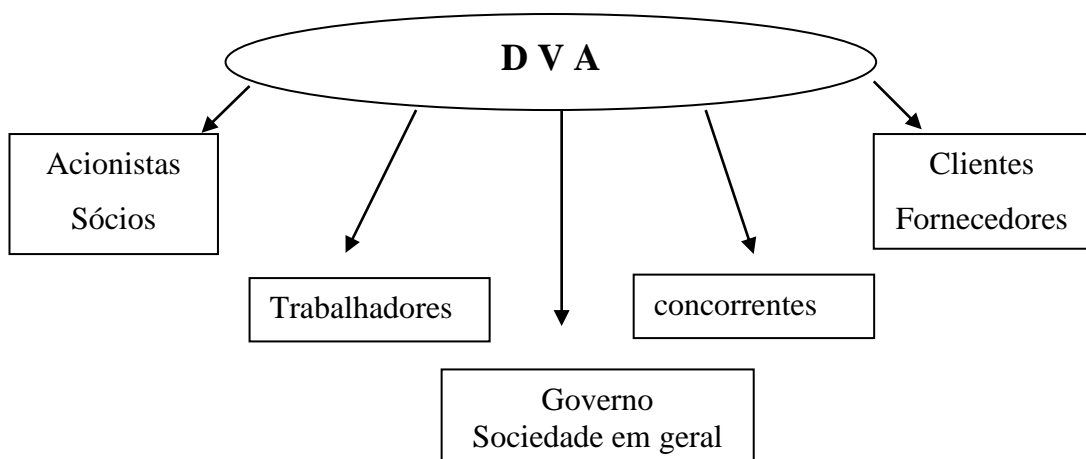
Essa evidenciação representa ferramenta importante tanto para o usuário interno como para o usuário externo (acionistas, administradores, fornecedores, clientes, governo, etc), sendo que tais informações não podem ser obtidas com clareza nas demonstrações

financeiras tradicionais. Santos (2003) indica que a Demonstração do Valor Adicionado é importante componente do Balanço Social e deve ser entendida como a forma mais competente criada pela contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração e distribuição da riqueza gerada pela entidade.

### 2.6.5 Usuários

Apesar de não ser uma demonstração obrigatória, a demonstração do valor adicionado tem sido muito utilizada por diversos usuários, evidenciando informações que as demais demonstrações não fornecem. O número de usuários tem aumentado significativamente, variando desde os usuários internos (proprietário, empregados, sócios) como os externos (bancos, governo, investidores, acionistas), entre outros.

Figura 01: Usuários da Demonstração do Valor Adicionado



Fonte: própria, 2004

## **2.6.6 Características da demonstração do valor adicionado**

Conforme Mott (1996) as características básicas da DVA são:

1. Fornecer informações que demonstre a geração de riqueza da empresa e seus efeitos sobre a sociedade que está inserida. Todas as empresas geram riqueza, e é essa riqueza que a empresa tem disponível para distribuir entre as diversas partes interessadas;

2. Demonstra o valor adicionado em cada um dos fatores de produção e seu destino, conforme abaixo:

- dispêndio na remuneração dos empregados;
- geração de tributos ao governo (municipal, estadual e federal);
- remuneração do capital de terceiros através de juros;
- remuneração dos acionistas através da distribuição de lucros.

Segundo opinião deste mesmo autor os empregados levam suas várias competências enquanto o governo fornece o ambiente em que as empresas e empregados prosperam mais facilmente, a partir dos vários serviços fornecidos. Os acionistas e os empregadores permitem que seu capital seja usado para financiar o processo de produção, enquanto a firma reúne todo o seu ativo necessário para realizar sua função econômica.

3. O somatório dos valores obtidos nas Demonstrações de Valor Adicionado apresentados pelas unidades produtivas dos mais variados níveis de atividades econômicas que são classificados pelo



IBGE, excluídas as duplas contagens, pode ser considerado como o próprio PIB do país.

4. Pode-se efetuar análise vertical/horizontal dessa demonstração, com a comparação da participação de cada item da demonstração em sucessivos exercícios sociais, enfatizando sua evolução.

Para Sousa (2003, p.24) a demonstração do valor adicionado é estruturada da seguinte forma:

- A primeira parte é destinada ao cálculo do valor adicionado. Ela apresenta a Receita Operacional Bruta, o Valor Adicionado Bruto, Valor Adicionado Líquido, o Valor Adicionado oriundo de terceiros e o Valor Adicionado Total. É dedicada a informação de natureza econômica, não se preocupando em demonstrar quem se beneficiou da riqueza gerada, mas em apurar quanto de riqueza foi gerado;

- A segunda parte da demonstração do valor adicionado destina-se a demonstrar a distribuição do valor adicionado total, apresentando subdivisões de acordo com os grupos a quem se destinou às parcelas da riqueza gerada.

### **2.6.7 Legislação**

Está em tramitação no Congresso Nacional o anteprojeto de reforma da lei das sociedades anônimas de capital aberto, o qual prevê significativas modificações nas demonstrações financeiras

obrigatórias, buscando conciliar as novas práticas contábeis e as respectivas demonstrações contábeis com as exigidas nos principais mercados mundiais. Este Anteprojeto tem como arcabouço básico às recomendações emanadas do *Internacional Accounting Standards Committee* (IASC), que é um órgão que congrega as entidades profissionais da grande maioria dos países, inclusive o Brasil. Dentre as várias mudanças sugeridas encontra-se uma que nos é particularmente relevante: a inclusão, nos demonstrativos, da demonstração do valor adicionado. Entretanto, cabe a nós apontarmos uma pequena falha no anteprojeto uma vez que ele não define um modelo específico para a sua elaboração, e por este motivo, traz como consequência uma falta de padronização e a possibilidade de manipulação dos dados, diminuindo a credibilidade do demonstrativo.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vem incentivando e apoiando a divulgação voluntária de informações de natureza social, tendo emitido dois Pareceres de Orientação nesse sentido temos: o Parecer de Orientação CVM nº 15/87 na parte que trata do Relatório da Administração e o Parecer de Orientação CVM nº 24/92 sobre divulgação da Demonstração de Valor Adicionado.

Além disso, fez incluir no anteprojeto de reformulação da Lei nº 6.404/76 a obrigatoriedade da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado e de informações de natureza social e de produtividade. Trata-se do ofício-circular CVM/SNC/SEP/Nº 01/00, objetivando com isto tornar as empresas mais atrativas para o mercado de capitais, além de atender a expressa recomendação por parte da ONU. Todavia, apesar deste empenho, a mesma também não propôs um modelo de

padronização para a Demonstração do Valor Adicionado, levando muitas empresas, por falta de conhecimento a não publicarem este demonstrativo.

Alguns países, como na Índia e na África do Sul, exigem que qualquer empresa estrangeira que queira construir uma filial demonstre qual será a expectativa de valor adicionado que será gerado no país. Assim a empresa que deseja instalar uma unidade em uma determinada localidade deve fornecer ao gestor público local uma DVA que projete qual será o valor estimado para remuneração da mão-de-obra local e quais os benefícios que ela poderá trazer no que se refere à geração de impostos diretos e indiretos a longo prazo.

#### **2.6.8 Vantagens e Desvantagens da Demonstração do Valor Adicionado**

Embora haja um grande esforço por parte das empresas em levar aos seus usuários informações de qualidade através do aperfeiçoamento dos relatórios ou informações mais completas, no que diz respeito a DVA, ainda existe muitas distorções em relação à classificação e evidenciação de algumas contas, já que não há uma padronização estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

No entanto, são constantes os incentivos por parte da CVM e da sociedade em geral para que as empresas embora, de caráter voluntário e facultativo, elabore e divulgue essa demonstração. Se

utilizada como uma demonstração contábil, pode ser fonte de informações importante e complementar para o processo de análise econômico-financeira da entidade.

Segundo Cosenza (2003, p.16), são considerados como pontos positivos da elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado:

⇒ A obtenção de uma dupla visão da realidade empresarial: a econômica, relativa ao valor gerado, e a social, correspondente às rendas distribuídas;

⇒ possibilita desenvolver um efetivo sistema de avaliação dos gestores e unidades;

⇒ tem uma linguagem aceita por todos os seus destinatários e que se faz compreensível ao conhecimento de qualquer usuário;

⇒ reflete a lucratividade e a eficiência das operações e atividades da companhia, como também a evolução econômica em seu conjunto;

⇒ fornece dados para a tomada de decisão e o sistema de controle de desempenho;

⇒ permite conhecer a contribuição econômica da empresa para a renda nacional ou para seu ambiente econômico ou social.

Porém, ainda para este autor, a Demonstração do Valor Adicionado também apresenta alguns pontos negativos, entre eles:

⇒ Apresenta dificuldades de entendimento por causa de sua não normatização e standardização;

- ⇒ pode levar a tomada de decisões incorretas quanto à maximização do valor adicionado, em lugar dos lucros;
- ⇒ está sujeito à incorporação de distorções provocadas por sua subjetividade e forma própria de estimativa;
- ⇒ pode motivar uma certa dificuldade na hora de se realizarem análises de desempenho empresarial no setor econômico a que a companhia pertence;
- ⇒ necessita informações contábeis atualizadas e confiáveis e, se possível, auditadas;
- ⇒ pode ser demasiado trabalhoso em ambientes de grandes incertezas e complexidades monetárias, tributárias e econômicas;
- ⇒ é limitada para medir e informar a eficácia alcançada na distribuição social dos lucros gerados.

### **2.6.9 Como elaborar a demonstração do valor adicionado**

A preparação da Demonstração do Valor Adicionado é basicamente a mesma para a elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício. Segundo Mott (1996) ambas as demonstrações são preparadas a partir dos mesmos dados financeiros.

Para um melhor entendimento da elaboração e posterior análise da Demonstração do Valor Adicionado faz-se necessário o conhecimento de alguns conceitos.

⇒ Valor Adicionado Bruto (VAB): É o valor agregado da atividade operacional da empresa. Normalmente, é encontrado pela diferença entre as receitas e os insumos adquiridos de terceiros, custos da matéria-prima, mercadoria, serviços, impostos recuperáveis e as despesas administrativas e de vendas, abatimentos e devoluções.

⇒ Valor Adicionado Líquido (VAL): É o valor adicionado bruto descontado as retenções como depreciação, amortizações e exaustões.

⇒ Valor Adicionado Recebido em Transferência (VART): Para De Luca (1998, p.41), representa o valor do resultado de atividades que influenciam a riqueza da empresa, apesar de não ter sido gerada por suas atividades normais. Trata-se de riqueza de atividades que agregam valor em outras empresas. Exemplo: receitas financeiras e resultado dos investimentos em participações acionárias.

⇒ Valor Adicionado Total (VAT): É o resultado da soma do valor adicionado líquido e o valor adicionado recebido em transferência. Representa o valor adicionado a ser distribuído.

⇒ Participação no Valor Adicionado Total (PVA): Indica qual a participação de empregados, sócios e acionistas, governos, financiadores e credores no valor adicionado total a distribuir.

⇒ Grau de Capacidade de Produzir Riqueza (GCPR): Este índice indica a real capacidade da entidade em produzir riqueza.

⇒ Taxa de Variação do Valor Adicionado (TVVA): Cosenza (2003) cita que este indicador serve para medir a variação anual da riqueza criada pela entidade, ou seja, o crescimento experimentado pela companhia em função dos meios de produção incorporados a suas atividades, pondo em evidencia as variações conjunturais sofridas pela empresa.

Para o cálculo do valor adicionado, têm-se algumas considerações importantes a serem feitas, como no que se refere às receitas da atividade produtiva da empresas e os custos e insumos de terceiros onde os mesmos foram extraídos diretamente da Demonstração do Resultado do Exercício (anexo III). Para as demais contas, tem-se:

**Depreciação, amortização e exaustão** ⇒ conforme os autores Neves & Viceconti (2001), são consideradas em vários países como valores adicionados retidos e para alguns autores aparecem como redutoras do valor adicionado bruto formando o chamado valor adicionado líquido. Como nas demonstrações da empresa a conta de ativo imobilizado aparece pelo seu valor total (valor dos bens subtraídos da depreciação) e na Demonstração do Resultado do Exercício não discrimina esta conta individualizada, consideramos para efeito de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado a depreciação com saldo nulo nos três períodos.

### **Receitas Financeiras/Receita de Equivalência Patrimonial ⇒**

Na opinião de De Luca (1998) tanto as receitas financeiras como as receitas de equivalência patrimonial não se originam das atividades normais de produção da empresa, trata-se de um ganho obtido pela aplicação de recursos em outra atividade decorrente da riqueza criada por esta outra atividade. No entanto, deverão ser apresentadas separadamente para uma melhor evidência da riqueza total gerada pelos negócios da empresa. Em geral as mesmas têm a tendência de incluir tais receitas na determinação do valor adicionado, somando com as vendas antes de deduzir os consumos intermediários.

Já para Neves & Viceconti (2001) essas receitas devem ser somadas ao Valor Adicionado pela pessoa jurídica, formando um montante que iremos denominar de Valor Adicionado à disposição da entidade.

## **2.7 Demonstração do resultado do exercício**

### **2.7.1 Considerações iniciais**

Uma das necessidades de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado surgiu tendo em vista que a Demonstração do Resultado do Exercício (demonstração financeira tradicional mais utilizada) identifica apenas a parcela da riqueza criada que efetivamente



permanece na empresa na forma de lucro, não evidenciando as demais gerações de riqueza da empresa. As demais demonstrações financeiras também não são capazes de indicar quanto de valor a entidade está adicionando ou agregando as mercadorias ou insumos que adquire.

Importante ressaltar que a Demonstração do Valor Adicionado é elaborada a partir dos dados contidos na demonstração do resultado do exercício. No entanto, de acordo com o Iudícibus *et al* (2000), a Demonstração do Valor Adicionado não deve ser confundida com a Demonstração do Resultado do Exercício, pois esta tem suas informações voltadas quase que exclusivamente para os sócios e acionistas, principalmente na apresentação do lucro líquido, enquanto que a demonstração do valor adicionado está dirigida para a geração de riqueza e sua respectiva distribuição pelos fatores de produção (capital e trabalho) e ao governo. Ainda, segundo Santos (2003), há uma grande diferença entre uma demonstração de resultado do exercício e uma demonstração do valor adicionado, tendo em vista que apresentam enfoques diferentes, e de certa forma, são complementares.

### **2.7.2 Conceito e objetivo**

As empresas devem informar aos seus usuários e para aqueles interessados em seu balanço como foi o resultado do exercício (lucro ou prejuízo) durante determinado período de tempo. A Demonstração

do Resultado do Exercício, elaborada simultaneamente com o Balanço Patrimonial, constitui-se de um relatório sucinto das operações realizadas pela empresa, sobressaindo assim um dos valores mais importantes às pessoas nela interessada, o resultado líquido do período. Com relação a esta demonstração, as Normas Brasileiras de Contabilidade a definem como uma demonstração contábil destinada a evidenciar a composição do resultado formado num determinado período de operações da Entidade.

A Demonstração do Resultado do Exercício nada mais é, segundo Júnior & Begalli (1999), que a apresentação das contas de receitas e despesas, feita de modo ordenado. Tal ordenação consiste basicamente, na separação das receitas, custos e despesas operacionais e não operacionais e em sua apresentação na forma indicada pela legislação vigente, de forma vertical e dedutiva.

Conforme Matarazzo (1998, p.47) é uma demonstração dos aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa. Pode-se dizer que é um resumo do movimento de certas entradas e saídas no balanço, entre duas datas.

Para Almeida (1996,p.10) o principal objetivo da demonstração do Resultado do Exercício é relatar o lucro ou prejuízo apurado pela empresa em determinado exercício social.

### **2.7.3 Características**

Conforme a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), no seu artigo 187, a demonstração do resultado do exercício deverá discriminar:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais;

V - resultado do exercício antes do imposto de renda e a provisão para o imposto;

VI - as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados;

VII - o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados:

a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente da sua realização em moeda; e

b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos.

§ 2º O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação (art. 182, § 3º), somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações.

## **3.A EMPRESA MODELO**

### **3.1 Informações gerais sobre a empresa**

A empresa Calçados Azaléia S.A surgiu em 02 de dezembro de 1958, na cidade de Parobé, no estado do Rio Grande do Sul, onde seus sócio-fundadores Arnaldo Luiz de Paula, Nestor Herculano de Paula, Theno José Berlitz, Nelson Lauck e Arnildo Lauck, lançaram a primeira marca da empresa denominada Laika devido a popularidade da cachorrinha que foi ao espaço a bordo do foguete russo Sputnik. No início dos anos 60, a empresa lançou a marca Néctar e logo após surgiu à marca Azaléia.(Fonte: [www.azaleia.com.br](http://www.azaleia.com.br))

Da pequena empresa familiar, que comemorou os dez pares produzidos no final do primeiro dia de trabalho, até se transformar em um dos cinco maiores grupos calçadistas do mundo, a Calçados Azaléia teve sempre a visão de Nestor de Paula no comando.

Hoje, com cerca de 25% da produção exportada para mais de 70 países, a empresa é reconhecida internacionalmente por sua política social, sendo filiada ao Instituto Ethos de São Paulo, e detentora dos Selos da Fundação Abrinq de defesa da criança e do IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais Econômicas, ocupando o primeiro lugar

no ranking do setor calçadista na América Latina e está entre as maiores do mundo. Líder do segmento feminino na América Latina com as marcas Azaléia e Dijean, e líder do segmento esportivo no Brasil com a marca Olympikus, a Calçados Azaléia produz 45 milhões pares/ano, gerando assim cerca de 16 mil empregos.

#### QUADRO 01 – Dados gerais da *Empresa Calçados Azaléia S.A*

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| Razão Social                  | <i>Calçados Azaléia S.A</i>   |
| Data de Fundação              | <i>02/12/1958</i>   |
| Número de Colaboradores       | <i>16 mil</i>   |
| Localização                   | <i>Rua Dr. Legendre, 34 Parobé-RS</i>   |
| Controle Acionário            | <i>Brasileiro</i>   |
| Faturamento 1º Trimestre 2004 | <i>R\$ 460,8 milhões</i>  |
| Principais Produtos           | <i>Calçados, artefatos de couro em geral, materiais plásticos e similares, etc.</i> |
| Clientes                      | <i>Lojas</i>  |
| Concorrentes                  | <i>Grendene, Rainha, Nike e Adidas</i>  |

*Fonte: Folha Online (2002), Comissão de Valores Mobiliários.*

### **3.2 Responsabilidade social da empresa**

A empresa Calçados Azaléia S.A preocupada com o bem estar de seus colaboradores e da sociedade em geral, estabeleceu algumas prioridades:

- Estabelecer a verdadeira parceria entre capital-trabalho e empresa-funcionário;
- Desenvolver a política empresarial-industrial com sistemas e métodos inovadores;
- Fomentar a política social consistente, coerente e justa;
- Promover seus colaboradores sob três pontos-de-vista: como pessoas, profissionais e cidadãos;
- Praticar a gestão participativa, através de comissões e subcomissões de colaboradores, constituídas por representantes de todos os setores da empresa;
- Garantir aos colaboradores a participação nos resultados;
- Motivar os colaboradores para o comprometimento e o engajamento pessoal e profissional, visando a melhoria contínua quanto à qualidade e produtividade;
- Constituir-se em pilar de sustentação através do Programa de Qualidade e Produtividade Azaléia.

## **4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS**

### **4.1 Estrutura e elaboração da demonstração do valor adicionado**

Para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado da empresa modelo tomou-se como base o modelo proposto pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) conforme quadro 02. Ressalta-se, no entanto, que não há um modelo padrão de Demonstração do Valor Adicionado a ser seguido, sendo, que cada empresa deve elaborar a partir de suas necessidades de informações gerenciais. O quadro 03 demonstra o modelo elaborado para analisar a empresa estudada.

Existe grande dificuldade para a elaboração desta demonstração pelos profissionais externos da empresa por existirem vários itens nas demonstrações tradicionais que não separam o que representa valor adicionado do que representa compra de insumos de terceiros.

No entanto, como o objetivo deste trabalho é o aprendizado da elaboração e posterior análise dos dados utilizou-se para a coleta dos mesmos a Demonstração do Resultado do Exercício da empresa modelo e de outras demonstrações auxiliares como o Ativo e Passivo Consolidado (anexos I e II) e as Notas Explicativas (anexo IV).



QUADRO 02 – Modelo de demonstração do valor adicionado

| DESCRIÇÃO   | Em milhares de R\$ |   |
|---|--------------------|---|
|   | Legislação         | % |
| 1- RECEITAS   |                    |   |
| 1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços                                     |                    |   |
| 1.2) Provisão p/ devedores duvidosos - Reversão                                     |                    |   |
| 1.3) Não Operacionais   |                    |   |
| 2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS<br>(inclui os valores dos impostos – ICMS e IPI) |                    |   |
| 2.1) Matérias-primas consumidas   |                    |   |
| 2.2) Custo das mercadorias e serviços vendidos                                      |                    |   |
| 2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros.                            |                    |   |
| 2.4) Perda/Recuperação de valores ativos  |                    |   |
| 3- VALOR ADICIONADO BRUTO(1-2)  |                    |   |
| 4- RETENÇÕES  |                    |   |
| 4.1) Depreciação, amortização e exaustão.   |                    |   |
| 5- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO<br>PELA ENTIDADE (3-4)                        |                    |   |
| 6- VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM<br>TRANSFERÊNCIA                                    |                    |   |
| 6.1) Resultado de equivalência patrimonial  |                    |   |
| 6.2) Receitas financeiras   |                    |   |
| 7- VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)<br>(RIQUEZA CRIADA PELA EMPRESA)        |                    |   |
| 8- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO   |                    |   |
| 8.1) Pessoal e encargos   |                    |   |
| 8.2) Impostos, taxas e contribuições  |                    |   |
| 8.3) Juros e aluguéis   |                    |   |
| 8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos  |                    |   |
| 8.5) Lucros retidos/prejuízos do exercício  |                    |   |

QUADRO 03 – Cálculo do valor adicionado

Fonte: FIPECAFI, 2003

| ANO      | 2003           | 2002    | 2001    |
|----------|----------------|---------|---------|
|          | (R\$ milhares) |         |         |
| RECEITAS | 887.430        | 930.451 | 813.607 |

|  |                  |                  |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Receita com vendas                       | 827.498          | 848.650          | 772.058          |
| Receita com prestação de serviços        | 786              | 1.503            | 1.674            |
| Outras receitas operacionais             | 52.684           | 52.870           | 37.371           |
| Receitas não operacionais                | 6.462            | 27.428           | 2.504            |
| <b>(-) CUSTOS E INSUMOS DE TERCEIROS</b> | <b>(759.904)</b> | <b>(736.268)</b> | <b>(683.322)</b> |
| (-) Custo de bens ou serviços            | (476.960)        | (471.248)        | (435.954)        |
| (-) Deduções                             | (141.472)        | (132.510)        | (123.684)        |
| (-) Abatimentos/Devoluções               | (40.301)         | (34.824)         | (31.473)         |
| (-) Impostos sobre vendas                | (101.171)        | (97.686)         | (92.211)         |
| <b>(=) V A B</b>                         | <b>127.526</b>   | <b>194.183</b>   | <b>130.285</b>   |
| (-) Depreciação, amortização e exaustão  | 0                | 0                | 0                |
| <b>(=) V A L</b>                         | <b>127.526</b>   | <b>194.183</b>   | <b>130.285</b>   |
| (+) Receitas Financeiras                 | 41.690           | 105.124          | 63.016           |
| (+) Equivalência Patrimonial             | 30.186           | 68.690           | 37.543           |
| <b>(=) V A T</b>                         | <b>199.402</b>   | <b>367.997</b>   | <b>230.844</b>   |
| Remuneração aos Empregados               | 16.565           | 145.447          | 23.054           |
| Remuneração Sócios e Acionistas          | 10.640           | 10.674           | 10.413           |
| Remuneração aos Governos                 | 116.981          | 117.142          | 105.326          |
| Remuneração aos Financiadores/Credores   | 55.216           | 94.734           | 92.051           |

Fonte: própria, 2004

Os dados para o cálculo do valor adicionado foram retirados da Demonstração do Resultado do Exercício (anexo III)

#### 4.1.1 Distribuição do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado evidencia as remunerações pagas aos vários elementos que contribuem para a geração da riqueza da empresa. A forma como esse valor é distribuído aos vários grupos responsáveis pelo valor adicionado da empresa é apresentada no quadro 04.

QUADRO 04 – Distribuição do Valor Adicionado

| <b>Valores</b><br><b>Ano</b>           | <b>2003</b>    | <b>2002</b>    | <b>2001</b>    |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Remuneração aos Empregados             | 16.565         | 145.447        | 23.054         |
| Remuneração dos Sócios e Acionistas    | 10.640         | 10.674         | 10.413         |
| Remuneração aos Governos               | 116.981        | 117.142        | 105.326        |
| Remuneração aos Financiadores/Credores | 55.216         | 94.734         | 92.051         |
| <b>TOTAL DO VALOR DISTRIBUIDO</b>      | <b>199.402</b> | <b>367.997</b> | <b>230.844</b> |

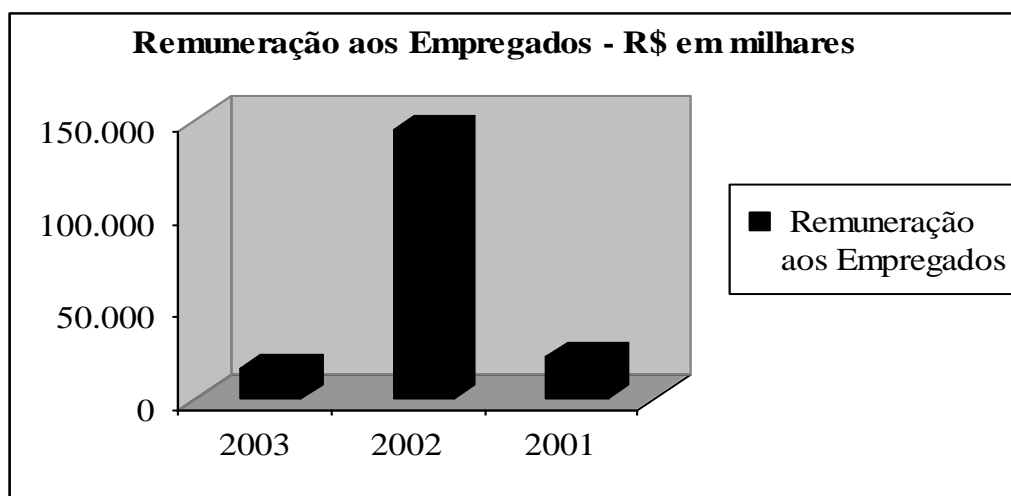
Fonte: própria, 2004

**Remuneração aos empregados (gráfico 01)** ⇒ Compreende todas as despesas efetuadas pelos empregadores a seus empregados, incluindo pagamento de salários, encargos sociais e outras vantagens dadas aos assalariados sob a forma de fornecimento de bens e serviços

gratuitos. A retribuição aos empregados é uma das mais importantes entre os diversos grupos que participam do Valor Adicionado.

Devido às limitações das informações disponíveis para a realização do presente trabalho, tendo em vista que não dispomos de todas as contas que compõem os subgrupos das demonstrações, utilizou-se como remuneração dos empregados apenas a diferença do valor adicionado total para os já distribuídos aos demais colaboradores da geração da riqueza, ou seja, valor adicionado bruto diminuído do valor distribuídos ao governo, financiadores. Administradores e acionistas.

GRÁFICO 01 – Remuneração aos Empregados



Fonte: própria, 2004

Através do gráfico acima, pode-se observar que a remuneração aos empregados só foi significativamente relevante no ano de 2002, este fato deve-se ao aumento nas receitas no referido ano e

conseqüentemente do valor adicionado total, podendo o mesmo ser observado no Quadro 03.

**Remuneração aos sócios e acionistas (gráfico 02)**⇒ Na remuneração aos acionistas está evidenciado a parcela do lucro destinada àqueles que aplicaram os recursos próprios sob a forma de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, por conta das capitalizações realizadas na empresa. Ainda, para o mesmo autor apresenta-se neste agrupamento o lucro retido, por entender que a totalidade dos lucros da companhia pertence a seus acionistas.

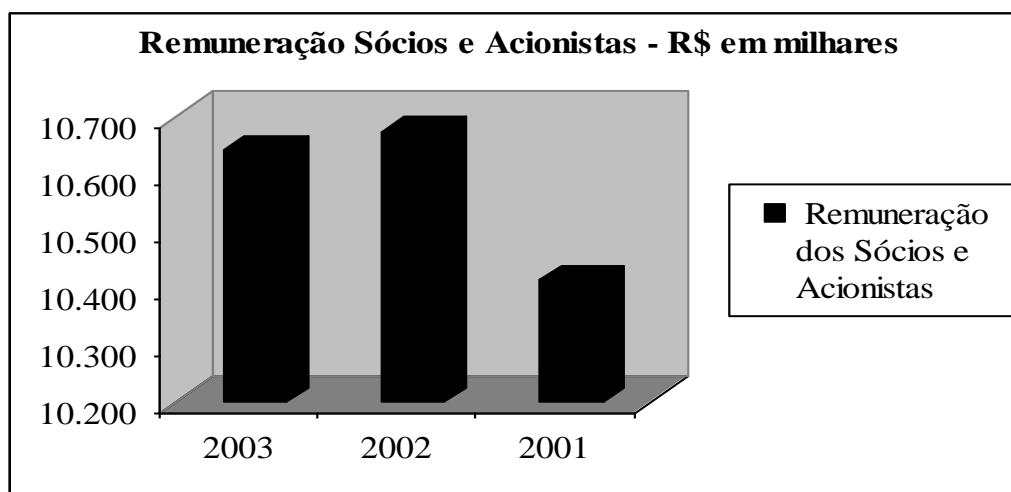
Devido a não especificação da remuneração aos sócios e acionistas na Demonstração do Resultado do Exercício, utilizamos como critério de distribuição os índices abaixo, conforme consta em Notas Explicativas em anexo:

**ANO DE 2002 e 2003 - 3% do Patrimônio Líquido da Entidade**

**ANO DE 2001 - 25% do Lucro Líquido do Exercício.**

O motivo pelo qual as remunerações dos sócios e acionistas nos anos de 2002 e 2003 terem sido maior em relação ao ano de 2001, deve-se, entre outros, motivos a mudança no critério da distribuição dos dividendos propostos, sendo que nos últimos dois anos foi aplicado um percentual sobre o total do Patrimônio Líquido.

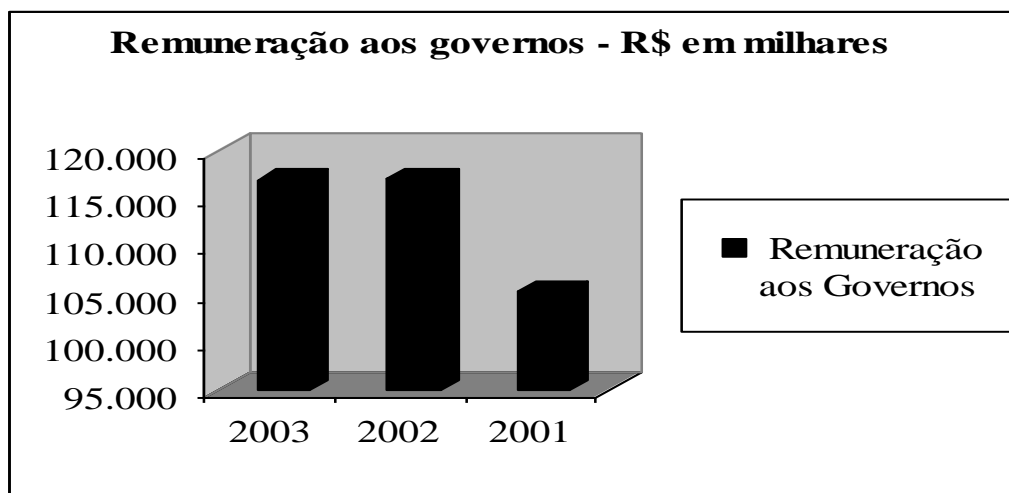
GRÁFICO 02 – Remuneração aos Sócios e Acionistas



Fonte: própria, 2004

**Remuneração ao governo (gráfico 03)** ⇒ Apesar de não ser considerado um dos fatores de produção, o governo também participa na criação de riqueza para a entidade, pois apóia suas atividades produtivas através de investimentos em infra-estrutura, incentivos fiscais e subvenções.

GRÁFICO 03 – Remuneração aos Governos



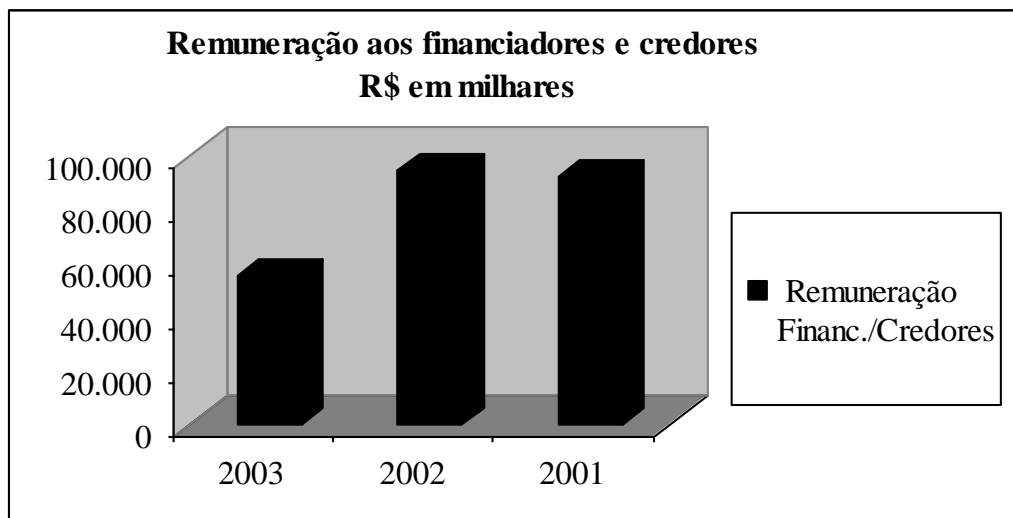
Fonte: própria, 2004

O constante valor nas remunerações nos anos de 2002 e 2003 justifica-se pela pequena variação ocorrida nas receitas de vendas nestes dois anos. Como o governo beneficia-se dos impostos sobre estas receitas, o valor adicionado distribuído aos mesmos tende a permanecer com a mesma variação.

Já no ano de 2001, tem-se uma baixa distribuição devido à queda nas receitas de vendas do período.

**Remuneração aos financiadores e credores (gráfico 04)⇒** Representa as despesas financeiras, de aluguéis e os juros relativos a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos juntos a instituições financeiras, empresas do grupo, incluindo as despesas de leasing, pagos ou creditados a terceiros.

GRÁFICO 04 – Remuneração aos Financiadores e Credores

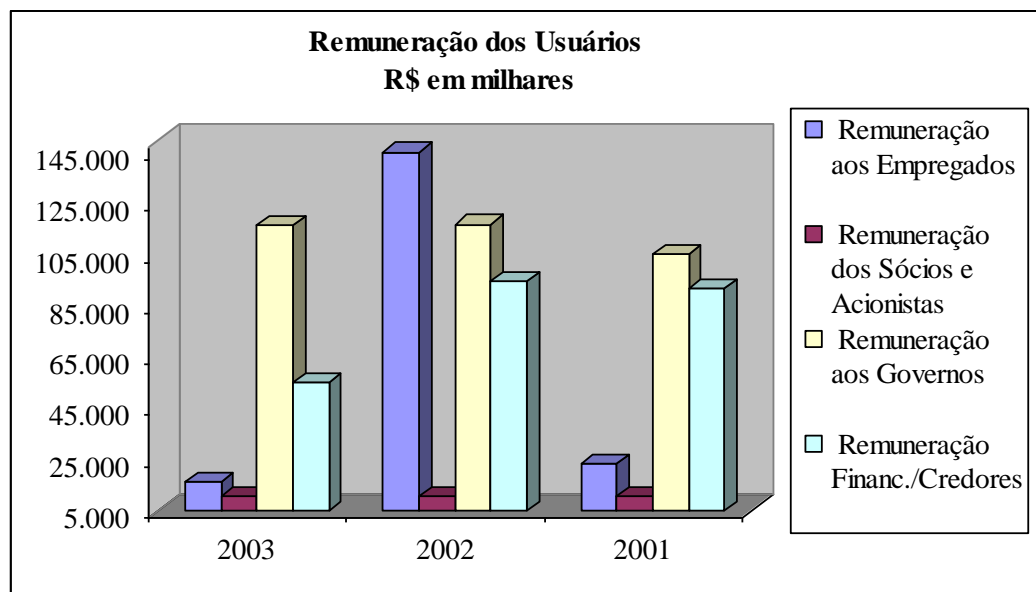


Fonte: própria, 2004

Devido a remuneração aos financiadores e credores estar relacionada com as despesas financeiras, a variação ocorrida na distribuição aos mesmos no ano de 2002 para 2003 pode ser fundamentada pela diminuição ocorrida na conta de empréstimos e financiamentos a curto prazo de acordo com o passivo consolidado (anexo II).



## GRÁFICO 05 – Remuneração dos Usuários



Fonte: própria, 2004

De acordo com o gráfico acima, onde se têm as remunerações de todos os usuários, conclui-se que os maiores beneficiários da geração da riqueza criada pela empresa são os governos, financiadores e credores.

### 4.2 Dados comparativos com a demonstração do resultado do exercício

Conforme já mencionado anteriormente, a Demonstração do Valor Adicionado não tem a finalidade de substituir a Demonstração do Resultado do Exercício. Para que se tenha uma efetiva visão da

magnitude sócio-econômica da entidade, deve haver uma estreita complementaridade entre estas duas demonstrações contábeis.

Algumas saídas de valores, como, por exemplo, as relativas aos pagamentos de salários, juros e impostos, tem o tratamento de despesas, uma vez que estão diminuindo a parte do proprietário no lucro gerado. Com isso, os demais interessados nestas informações, se acham prejudicados, pois não é possível conhecer qual é a sua efetiva participação na riqueza gerada pela empresa.

No caso de se comparar o lucro resultante de um determinado período nas duas demonstrações, pode-se ter enfoques diferentes, como por exemplo, o lucro resultante da diferença entre receita e despesa conforme evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício, não mede como foi à gestão dos recursos econômicos e sim como se está remunerando um dos participantes da atividade econômica: proprietários/acionistas. Já a Demonstração do Valor Adicionado, evidencia o lucro resultante como uma riqueza gerada que será distribuída a todos usuários que colaboraram para a sua geração.

Um dos grandes diferenciais da Demonstração do Valor Adicionado em relação à Demonstração do Resultado do Exercício é que essa pode ser utilizada para a diferenciação de carga tributária em setores econômicos diferentes, negociações salariais, análise de projetos de instalação de empresas internacionais, concessão de incentivos fiscais pelos municípios ou estados, como instrumento de apoio à decisão e controle, dentre outras atividades de interesse público.

### **4.3 Análise dos dados apurados na demonstração do valor adicionado**

Com o intuito de fornecer uma visão mais ampla das informações contidas na Demonstração do Valor Adicionado e permitir uma inter-relação entre as várias contas das demonstrações contábeis é apresentado a seguir alguns índices financeiros que tem por objetivo fornecer-nos informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações financeiras

O que se pretende com esses indicadores neste trabalho, é evidenciar alguns aspectos relevantes da Demonstração do Valor Adicionado e poder extrair dela um número cada vez maior de informações.

#### **a) Participação no valor adicionado total**

Calcula-se pela fórmula :

$$\text{PVA} = \frac{\text{VADE}}{\text{VAT}} \times 100$$

Onde:

VADE = valor adicionado distribuído aos empregados

VAT = valor adicionado total a distribuir

TABELA 01 – Participação no valor adicionado total

| <b>Ano</b>                      | <b>2003</b> | <b>2002</b> | <b>2001</b> |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Usuários</b>                 |             |             |             |
| <b>Empregados</b>               | 8,31%       | 39,52%      | 9,99%       |
| <b>Sócios e acionistas</b>      | 5,34%       | 2,90%       | 4,51%       |
| <b>Governo</b>                  | 58,67%      | 31,83%      | 45,63%      |
| <b>Financiadores e credores</b> | 27,69%      | 25,74%      | 39,88%      |

Fonte: própria, 2004

Pode-se observar na tabela acima que a maior parte da riqueza gerada pela empresa está concentrada na arrecadação de impostos, tendo seu maior índice no ano de 2003.

Os financiadores e credores ocupam a segunda maior distribuição da riqueza. Já os empregados e acionistas são os que menos se beneficiaram com a distribuição do valor adicionado.

#### **b) Grau de capacidade de produzir riqueza**

Calcula-se pela fórmula :

$$\text{GCPR} = \frac{\text{VALPE}}{\text{VAT}} \times 100$$

Onde:

VALPE = valor adicionado líquido produzido pela entidade

VAT = valor adicionado total a distribuir

TABELA 02 – Grau de capacidade de produzir riqueza

| <b>Ano</b> | <b>2003</b> | <b>2002</b> | <b>2001</b> |
|------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>CPR</b> | 63,95%      | 52,77%      | 56,44%      |

Fonte: própria, 2004

Pode-se observar que houve um aumento da capacidade de produzir riqueza pela entidade. Por si só ela gera riqueza.

**c) Taxa de variação do valor adicionado**

Calcula-se pela fórmula :

$$TVVA = \frac{VA_{ano\ 03} - VA_{ano\ 02}}{VA_{ano\ 02}}$$

Onde:

TVVA = taxa de variação do valor adicionado

VA = valor adicionado

TABELA 03 – Taxa de variação do valor adicionado

| <b>Ano</b>  | <b>2003</b> | <b>2002</b> |
|-------------|-------------|-------------|
| <b>TVVA</b> | -45,81%     | 59,41%      |

Fonte: própria, 2004

Pode-se observar que houve uma diminuição da riqueza criada pela entidade do ano de 2002 para 2003.

Desta forma, as relações criadas entre as contas da Demonstração do Valor Adicionado buscaram evidenciar os aspectos mais importantes do mesmo, facilitando sua análise e interpretação das informações nela contidas. Quando se estabelece uma relação entre contas ou grupos de contas, a interpretação e análise de qualquer demonstração tende a ficar mais fácil.

## 5. CONCLUSÃO

A contabilidade, desde os seus primórdios, teve fases distintas de evolução, partindo dos conhecimentos específicos sobre a riqueza das empresas até o controle do desenvolvimento dessa ciência no seu aspecto profissional, agindo nas funções de controle e orientação da atividade contábil.

Um grande avanço está relacionado com contabilidade social, ramo da contabilidade onde se consegue fornecer informações mais específicas e analíticas do que as oferecidas pelas outras demonstrações contábeis tradicionais. Sendo os relatórios contábeis seu produto final, devem traduzir da forma mais clara possível a realidade econômica neles espelhada.

É neste sentido, que para se conseguir elaborar demonstrações das atividades sociais das empresas, nos quais constem informações, entre outras, sobre a geração e evolução do emprego; relações profissionais; atividades no desenvolvimento profissional e bem estar dos agregados, benefícios sociais, etc.; é que se criou a Demonstração do Valor Adicionado representando um dos instrumentos de maior importância do Balanço Social, pois adiciona valores, demonstra com clareza a participação dos empregados na distribuição da riqueza,

além de possibilitar a identificação do quanto à atividade da empresa está gerando de recursos, disponibilizando-os à economia local, assim como esses recursos estão sendo distribuídos.

Desse modo, as considerações que se pode fazer a essa demonstração são amplamente favoráveis. Essa conclusão se consolida na medida em que se encontra na contabilidade os instrumentos necessários que irão possibilitar a identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos, cujos instrumentos se traduzem no Balanço Social. Acredita-se que desta forma a informação contida na Demonstração de Valor Adicionado torne-se mais próxima da realidade econômica que se propõe evidenciar.

Com a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado da empresa modelo, pode-se observar com maior clareza e evidência a distribuição da riqueza gerada e os beneficiados por esta, sendo os governos, fornecedores de infra-estrutura e incentivos fiscais um dos maiores beneficiados dessa riqueza gerada, apesar de não ser considerado um dos fatores de produção.

O que se pretende com este trabalho não é sugerir a substituição ou eliminação da Demonstração do Resultado do Exercício, mas sim sua utilização, paralelamente, com a Demonstração do Valor Adicionado, visto que ambas podem agregar informações diversas com a mesma finalidade: o crescimento da empresa.

Como futuras pesquisas, sugere-se um aprofundamento dos estudos da magnitude econômico-social deste demonstrativo, já que o



mesmo é uma ferramenta de grande relevância para a tomada de decisões de uma empresa.

No entanto, cabe a cada profissional de Contabilidade a sua parcela de contribuição no que diz respeito a evidenciação da Demonstração do Valor Adicionado, independentemente da obrigatoriedade de elaboração ou divulgação da mesma.

Apesar das limitações das informações da Demonstração do Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial, é possível afirmar que o objetivo deste trabalho foi alcançado em sua plenitude.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti Almeida. **Auditoria: um curso moderno e completo**. São Paulo: Atlas, 1996.

ATHAR, Raimundo Aben. Demonstração do valor adicionado. **Revista do conselho regional de contabilidade**, n. 96, maio. 1999.

BAILON, Érico. **Construção do balanço social de uma empresa santamariense**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2001.

CARMO, Rosemeyre Francisca do; NEGRA, Carlos Alberto Serra; TEIXEIRA, Fabrício Souza. O balanço social na gestão das instituições de nível superior. **Revista brasileira de contabilidade**, n. 138, nov/dez. 2002.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>> . Acesso em 15 de set.2004.

CONSELHO Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de Contabilidade**. 2. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2002.

COSENZA, José Paulo. A eficácia informativa do valor adicionado. **Revista contabilidade e finanças USP**, São Paulo, ano. XIV, p. 07-27, outubro 2003.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli. Indicadores para análise da demonstração do valor adicionado. **Revista brasileira de contabilidade**, Brasília, n. 149, ano XXXIII, p. 89-97, set/out 2004.

DE LUCA, Márcia M. Mendes. **Demonstração do valor adicionado**. São Paulo: Atlas, 1998.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Comercial**, 3º ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FILHO, André Franco Montoro. **Contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 1994.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Guia de elaboração do balanço social**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/docs/institucional/perguntas.shtml>>. Acesso em 30 ago. 2004

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**, 5º ed. São Paulo: Atlas, 2000.

JÚNIOR, José Hernandez Perez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1986.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**, 5º. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MOTT, Graham. **Contabilidade para não contadores: manual prático para não especialistas em contabilidade**. São Paulo: Makron Books, 1996.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. São Paulo: Frase, 2001.

PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 134, p. 51-59, mar/abr. 2002.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ROSSETTI, José Pascoal. **Contabilidade social**. São Paulo: Atlas, 1995.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Ensino Superior).

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUZA, Edmilson Patrocínio de. Demonstração do valor adicionado: evidenciando a distribuição da riqueza gerada pela empresa. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, n. 142, p. 21-27, jul./ago. 2003.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade**. São Paulo: USP, 1984.

\_\_\_\_\_.**Balanço social**. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_.**Balanço Social**: balanço da transparência corporativa e da concertação social. **Revista brasileira de contabilidade**, Brasília, n. 104, ano 26, p. 57-73, mai/jun. 2002.

.

## **ANEXOS**

### **ANEXO I – Ativo Consolidado**

| <b>Descrição da Conta</b> | <b>31/<br/>12/2003</b> | <b>31/<br/>12/2002</b> | <b>31/<br/>12/2001</b> |
|---------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| ATIVO                     | 617<br>.079            | 728<br>.984            | 615<br>.553            |

|                              |         |         |         |
|------------------------------|---------|---------|---------|
| ATIVO CIRCULANTE             | 363.018 | 513.317 | 438.203 |
| Disponibilidades             | 26.027  | 32.386  | 15.203  |
| Créditos                     | 216.028 | 236.601 | 217.040 |
| Contas A Receber De Clientes | 216.028 | 236.601 | 217.040 |
| Estoques                     | 63.063  | 74.464  | 68.471  |
| Outros                       | 57.900  | 169.866 | 137.489 |
| Aplicações Financeiras       | 33.278  | 140.976 | 94.814  |
| IRPJ E CSLL A Rec            | 3.324   | 4.548   | 10.383  |
| IRPJ E CSLL Difer            | 4.583   | 3.118   | 2.560   |
| Outras Contas A Receber      | 12.942  | 18.179  | 28.218  |
| Despesas Antecipadas         | 3.773   | 3.045   | 1.514   |
| ATIVO REALIZ.LONGO PRAZO     | 35.784  | 25.961  | 23.820  |
| Créditos Diversos            | 0       | 0       | 0       |

|                                 |             |             |             |
|---------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Créditos Com Pessoas<br>Ligadas | 222         | 222         | 222         |
| Com Coligadas                   | 222         | 222         | 222         |
| Com Controladas                 | 0           | 0           | 0           |
| Com Outras Pessoas<br>Ligadas   | 0           | 0           | 0           |
| Outros                          | 35.<br>562  | 25.<br>739  | 23.<br>598  |
| Depósitos Judiciais             | 7.9<br>16   | 5.2<br>95   | 2.5<br>07   |
| Outras Contas A Receber         | 3.8<br>91   | 4.2<br>09   | 4.6<br>38   |
| IRPJ E CSLL Difer.              | 23.<br>755  | 16.<br>235  | 16.<br>453  |
| ATIVO PERMANENTE                | 218<br>.277 | 189<br>.706 | 153<br>.530 |
| INVESTIMENTOS                   | 47.<br>108  | 32.<br>971  | 14.<br>098  |
| Participações Em Coligadas      | 0           | 0           | 0           |
| Participações Em<br>Controladas | 0           | 0           | 0           |
| Outros Investimentos            | 47.<br>108  | 32.<br>971  | 14.<br>098  |
| IMOBILIZADO                     | 168<br>.269 | 154<br>.002 | 134<br>.589 |



|          |     |     |     |
|----------|-----|-----|-----|
|          | 2.9 | 2.7 | 4.8 |
| Diferido | 00  | 33  | 43  |

## ANEXO II – Passivo Consolidado

| Descrição da Conta | 31/<br>12/2003 | 31/<br>12/2002 | 31/<br>12/2001 |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|
| PASSIVO            | 617<br>.079    | 728<br>.984    | 61<br>5.553    |
| PASSIVO CIRCULANTE | 147<br>.734    | 256<br>.182    | 19<br>1.799    |
| Empréstimos E      | 44.            | 122            | 79.            |
| Financiamentos     | 141            | .990           | 280            |
| Debêntures         | 0              | 0              | 0              |
| Fornecedores       | 39.<br>865     | 26.<br>082     | 23.<br>322     |
| Impostos, Taxas E  | 5.2            | 10.            | 6.4            |
| Contribuições      | 82             | 320            | 12             |
| Dividendos A Pagar | 11.<br>241     | 50.<br>117     | 37.<br>871     |

|                              |     |     |     |
|------------------------------|-----|-----|-----|
| Dividendos E Juros S/capital | 11. | 50. | 37. |
| Próprio                      | 241 | 117 | 871 |
| Provisões                    | 0   | 0   | 0   |
| Dívidas Com Pessoas          |     |     |     |
| Ligadas                      | 0   | 0   | 0   |
|                              | 47. | 46. | 44. |
| Outros                       | 205 | 673 | 914 |
|                              | 25. | 24. | 19. |
| Salários E Encargos Sociais  | 559 | 104 | 091 |
|                              | 17. | 14. | 10. |
| Outras Contas A Pagar        | 293 | 178 | 657 |
| Participações Empreg. E      | 4.2 | 8.3 | 15. |
| Administr                    | 39  | 91  | 166 |
| IRPJ E CSLL Diferido         | 114 | 0   | 0   |
| PASSIVO EXIG. LONGO          | 76. | 92. | 82. |
| PRAZO                        | 532 | 662 | 589 |
| Empréstimos E                | 38. | 41. | 32. |
| Financiamentos               | 753 | 816 | 906 |
| Debêntures                   | 0   | 0   | 0   |
|                              | 9.1 | 25. | 29. |
| Provisões                    | 88  | 394 | 264 |
|                              | 9.1 | 25. | 29. |
| Provisões Para Contingências | 88  | 394 | 264 |
| Dívidas Com Pessoas          | 20. | 20. | 14. |
| Ligadas                      | 900 | 593 | 278 |

|                                  |             |             |             |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Mútuos Com Partes                | 20.         | 20.         | 14.         |
| Relacionadas                     | 900         | 593         | 278         |
| Outros                           | 7.6<br>91   | 4.8<br>59   | 6.1<br>41   |
| IRPJ E CSLL Diferido             | 2.8<br>23   | 3.8<br>66   | 4.8<br>77   |
| Outras Contas A Pagar            | 4.8<br>68   | 993         | 1.2<br>64   |
| Resultados De Exercícios Futuros | 0           | 0           | 0           |
| Participações Minoritárias       | 38.<br>161  | 24.<br>340  | 2.7<br>73   |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>        | 354<br>.652 | 355<br>.800 | 33<br>8.392 |
| Capital Social Realizado         | 209<br>.826 | 200<br>.306 | 20<br>0.306 |
| Reservas De Capital              | 132         | 96          | 96          |
| Reservas De Reavaliação          | 6.4<br>01   | 8.7<br>08   | 10.<br>750  |
| Ativos Próprios                  | 6.4<br>01   | 8.7<br>08   | 10.<br>750  |
| Controladas/coligadas            | 0           | 0           | 0           |
| Reservas De Lucro                | 15.<br>564  | 22.<br>984  | 4.2<br>43   |
| Legal                            | 500         | 5.7         | 2.0         |

|  |             |             |             |
|--|-------------|-------------|-------------|
|  |             | 22          | 45          |
| Estatutária                                | 15.<br>064  | 17.<br>262  | 2.1<br>98   |
| Para Contingências                         | 0           | 0           | 0           |
| De Lucros A Realizar                       | 0           | 0           | 0           |
| Retenção De Lucros                         | 0           | 0           | 0           |
| Especial P/ Dividendos Não<br>Distribuídos | 0           | 0           | 0           |
| Outras Reservas De Lucro                   | 0           | 0           | 0           |
| Ações Em Tesouraria                        | 0           | 0           | 0           |
| Lucros/prejuízos Acumulados                | 122<br>.729 | 123<br>.706 | 12<br>2.997 |

**ANEXO III – Demonstração do Resultado do Exercício**  
**Consolidado**

| <b>Descrição da Conta</b> | <b>20<br/>03</b> | <b>20<br/>02</b> | <b>20<br/>01</b> |
|---------------------------|------------------|------------------|------------------|
| RECEITA BRUTA             | 82<br>8.284      | 85<br>0.153      | 77<br>3.732      |

|                                     |               |               |               |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
|                                     | 82            | 84            | 77            |
| Vendas De Produtos                  | 7.498         | 8.650         | 2.058         |
| Vendas De Serviços<br>Prestados     | 78<br>6       | 1.<br>503     | 1.<br>674     |
| (-) DEDUÇÕES VENDA OU<br>SERVIÇOS   | (1            | (1            | (1            |
| Deduções Da Receita Bruta           | 41.472)       | 32.510)       | 23.684)       |
| Devoluções E Abatimentos            | (4<br>0.301)  | (3<br>4.824)  | (3<br>1.473)  |
| Impostos S/vendas                   | (1<br>01.171) | (9<br>7.686)  | (9<br>2.211)  |
| RECEITA LÍQUIDA                     | 68<br>6.812   | 71<br>7.643   | 65<br>0.048   |
| (-) CUSTOS DE BENS E/OU<br>SERVIÇOS | (4<br>76.960) | (4<br>71.248) | (4<br>35.954) |
| RESULTADO BRUTO                     | 20<br>9.852   | 24<br>6.395   | 21<br>4.094   |
| DESPESAS/RECEITAS<br>OPERACIONAIS   | (1<br>86.555) | (1<br>90.833) | (1<br>95.399) |
| Com Vendas                          | (1<br>44.285) | (1<br>56.720) | (1<br>23.046) |
| Gerais E Administrativas            | (8<br>1.428)  | (9<br>7.373)  | (8<br>0.689)  |
| Financeiras                         | (1            | 10            | (2            |

|  |        |        |        |
|--|--------|--------|--------|
|  | 3.526) | .390   | 9.035) |
|  | 41     | 10     | 63     |
| Receitas Financeiras                   | .690   | 5.124  | .016   |
|  | (5     | (9     | (9     |
| Despesas Financeiras                   | 5.216) | 4.734) | 2.051) |
| Outras Receitas                        | 52     | 52     | 37     |
| Operacionais                           | .684   | .870   | .371   |
| Outras Despesas                        |        |        |        |
| Operacionais                           | 0      | 0      | 0      |
| Resultado Da Equivalência Patrimonial  | 0      | 0      | 0      |
| RESULTADO OPERACIONAL                  | 23     | 55     | 18     |
|  | .297   | .562   | .695   |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL              | (2.    | 10     | 2.     |
|  | 354)   | .053   | 161    |
|  | 6.     | 27     | 2.     |
| Receitas                               | 462    | .428   | 504    |
|  | (8.    | (1     | (3     |
| Despesas                               | 816)   | 7.375) | 43)    |
| RESULT. ANTES TRIBUT.PARTICIP          | 20     | 65     | 20     |
|  | .943   | .615   | .856   |
| Provisão Para Ir E Contribuição Social | (1     | (1     | (1     |
|  | 5.810) | 9.456) | 3.115) |
| Ir Diferido                            | 10     | (1.    | 5.     |

|   |             |             |             |
|---|-------------|-------------|-------------|
|   | .696        | 189)        | 620         |
| Participações/contribuições<br>Estatutárias | (1<br>65)   | (4<br>12)   | (3.<br>579) |
| Participações                               | (1<br>65)   | (4<br>12)   | (3.<br>579) |
| Contribuições                               | 0           | 0           | 0           |
| Reversão Dos Juros Sobre<br>Capital Próprio | 0           | 32<br>.000  | 31<br>.000  |
| Participações Minoritárias                  | (5.<br>768) | (4.<br>341) | 87<br>0     |
| LUCRO/PREJUÍZO<br>EXERCÍCIO                 | 9.<br>896   | 72<br>.217  | 41<br>.652  |

ANEXO IV - Notas Explicativas ano de 2003 e 2002.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002**

*(Em milhares de reais)*

**1** Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo principal a industrialização, comercialização,



importação e exportação de calçados, artigos de vestuário e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes para estes, para o seu próprio consumo e para a venda a terceiros.

## **2** Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002, foram reclassificadas para fins de comparabilidade.

### ***Resumo das principais práticas contábeis***

#### ***a. Apuração do resultado***

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

#### ***b. Estimativas contábeis***

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, estoques e imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização de instrumentos derivativos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores

significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

*c. Moeda estrangeira*

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado. Para as empresas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos não monetários, que são apresentados ao custo histórico, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço.

*d. Ativo circulante e realizável a longo prazo*

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Provisão para créditos duvidosos**

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerada suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção que não excede o valor de mercado.

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados ao valor líquido de realização.

*e. Permanente*

- **Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas e coligada, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção acrescido de reavaliação

espontânea. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A Companhia adota a depreciação acelerada por turnos de trabalho, abrangendo os ativos produtivos.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

- **Diferido**

Registrado ao custo de aquisição e formação, refere-se a gastos com investimento em pesquisa científica e desenvolvimento de projetos industriais.

*f. Passivo circulante e exigível a longo prazo*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço.

*g. Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

*h. Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e contribuição social diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade futura, a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

*i. Reserva de reavaliação*

Decorrente de ativos próprios, cujo imposto de renda e contribuição social correspondentes estão classificados no exigível a longo prazo.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

### **3 Demonstrações financeiras consolidadas**

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Calçados Azaléia S.A. e suas controladas e coligada, a seguir relacionadas:

|  | <b>Percentual de participação</b> |                 |               |                 |
|--|-----------------------------------|-----------------|---------------|-----------------|
|  | <b>2003</b>                       |                 | <b>2002</b>   |                 |
|  | <b>Direta</b>                     | <b>Indireta</b> | <b>Direta</b> | <b>Indireta</b> |
| Azaleia Trading S.A.(a)                  | 100,00                            | -               | 100,00        | -               |
| Azaleia U.S.A. Inc.(a)                   | 51,95                             | 48,05           | 100,00        | -               |
| Aztur Transporte e Turismo Ltda.         | 99,99                             | -               | 99,99         | -               |
| Calçados Azaléia Nordeste S.A.           | 99,99                             | -               | 99,99         | -               |
| Calçados Hispana Ltda.                   | 99,99                             | -               | 99,99         | -               |
| Calçados Azaleia de Colombia Ltda.(a)    | 99,99                             | -               | 100,00        | -               |
| Energética Campos de Cima da Serra Ltda. | 99,99                             | -               | 99,99         | -               |
| Projeto 2001 – Empreendimentos           | -                                 | -               | 99,97         | -               |
| <b>Imobiliários Ltda</b>                 |                                   |                 |               |                 |
| Azaléia Comercial Ltda (b)               | -                                 | -               | 99,96         | -               |
| Olympikus Pró Sports Ltda (b)            | -                                 | -               | 99,85         | -               |
| Calçados Azaleia Peru S.A.(a)            | 99,11                             | -               | 99,12         | -               |
| Azaleia Chile S.A.(a)                    | 50,00                             | -               | 50,00         | -               |
| Pars Participações Ltda.                 | 25,00                             | -               | 25,00         | -               |
| Azaléia Europe S.r.o(a)                  | 85,00                             | -               | 85,00         | -               |
| Azaléia México S.A de C.V.(a)            | 51,00                             | -               | 51,00         | -               |

(a) *Sociedades controladas no exterior.*

(b) *Sociedades incorporadas pela controladora em 30 de janeiro de 2003.*

#### ***Descrição dos principais procedimentos de consolidação***

- a.** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b.** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c.** Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados;
- d.** Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- e.** Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

|   | <u>Resultado do exercício</u> |                | <u>Patrimônio líquido</u> |                |
|---|-------------------------------|----------------|---------------------------|----------------|
|   | <b>2003</b>                   | <b>2002</b>    | <b>2003</b>               | <b>2002</b>    |
| Controladora  | <u>10.006</u>                 | <u>73.550</u>  | <u>358.246</u>            | <u>359.284</u> |
| Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social | <u>(110)</u>                  | <u>(1.333)</u> | <u>(3.594)</u>            | <u>(3.484)</u> |
| Consolidado   | <u>9.896</u>                  | <u>72.217</u>  | <u>354.652</u>            | <u>355.800</u> |

#### 4 Aplicações financeiras

|                                  | <b>Controlado</b> |              | <b>Consolidado</b> |               |
|----------------------------------|-------------------|--------------|--------------------|---------------|
|                                  | <b>ra</b>         |              |                    |               |
|                                  | <b>2</b>          | <b>2</b>     | <b>2</b>           | <b>2</b>      |
|                                  | <b>003</b>        | <b>002</b>   | <b>003</b>         | <b>002</b>    |
| Certificado de Depósito Bancário | 1                 | 8            | 3                  | 1             |
|                                  | 5.905             | 4.043        | 1.121              | 23.443        |
| Outras aplicações                | =                 | =            | <u>2.157</u>       | <u>17.533</u> |
|                                  | <u>1</u>          | <u>8</u>     | <u>3</u>           | <u>1</u>      |
|                                  | <u>5.905</u>      | <u>4.043</u> | <u>3.278</u>       | <u>40.976</u> |

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% e 100,4% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e aplicações financeiras no exterior, remuneradas à taxas que variam de 0,15% à 7,68% ao ano, mais variação cambial do dólar norte-americano.

**5** Contas a receber de clientes

|                                  | <b>Controladora</b> |                | <b>Consolidado</b> |               |
|----------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|---------------|
|                                  | <b>2</b>            | <b>2</b>       | <b>2</b>           | <b>20</b>     |
|                                  | <b>003</b>          | <b>002</b>     | <b>003</b>         | <b>02</b>     |
| Circulante:                      |                     |                |                    |               |
|                                  | 1                   | 1              | 1                  | 18            |
| No País                          | 16.628              | 23.239         | 85.840             | 8.901         |
|                                  | 2                   | 3              | 6                  | 66            |
| No exterior                      | 6.876               | 6.564          | 3.782              | .887          |
|                                  | 2                   | 3              |                    |               |
| Empresas controladas             | 0.252               | 1.387          | -                  | -             |
| Menos:                           |                     |                |                    |               |
|                                  | (1                  |                | (1                 |               |
| Cambiais descontadas             | 2.595)              | -              | 7.083)             | -             |
|                                  | (1                  | (              | (1                 | (1            |
| Provisão para créditos duvidosos | <u>2.002)</u>       | <u>13.617)</u> | <u>6.511)</u>      | <u>9.187)</u> |
|                                  | <u>1</u>            | <u>1</u>       | <u>2</u>           | <u>23</u>     |
|                                  | <u>39.159</u>       | <u>77.573</u>  | <u>16.028</u>      | <u>6.601</u>  |

**6** Estoques

|                        | <b>Controladora</b> |            | <b>Consolidado</b> |            |
|------------------------|---------------------|------------|--------------------|------------|
|                        | <b>2</b>            | <b>2</b>   | <b>20</b>          | <b>2</b>   |
|                        | <b>003</b>          | <b>002</b> | <b>03</b>          | <b>002</b> |
|                        | 8.                  | 1          | 20                 | 2          |
| Produtos acabados      | 521                 | 5.464      | .587               | 9.380      |
|                        | 3.                  | 3.         | 4.                 | 5.         |
| Produtos em elaboração | 326                 | 931        | 406                | 116        |
|                        | 1                   | 2          | 21                 | 2          |
| Matérias-primas        | 6.923               | 0.546      | .334               | 3.730      |
| Materiais auxiliares,  | 7.                  | 8.         | 9.                 | 1          |

|                     |    |              |              |              |              |
|---------------------|----|--------------|--------------|--------------|--------------|
| manutenção e outros |    | 012          | 873          | 143          | 0.147        |
| Importações         | em |              |              |              |              |
| andamento           |    | <u>263</u>   | <u>2.093</u> | <u>7.593</u> | <u>6.091</u> |
|                     |    | <u>3</u>     | <u>5</u>     | <u>63</u>    | <u>7</u>     |
|                     |    | <u>6.045</u> | <u>0.907</u> | <u>.063</u>  | <u>4.464</u> |

**7 Investimentos**

6

6 *Participações em empresas*

*controladas*

|                          | 1          | C       |           |           |             |           |            |
|--------------------------|------------|---------|-----------|-----------|-------------|-----------|------------|
|                          | Transporte | Alçados |           |           |             |           |            |
|                          | urismo     | N       | alçados   | P         |             |           |            |
|                          | I          | S.      | Hispana   | ARS       | Energética  |           |            |
|                          | tda.       | A.      | tda.      | Ltda.     | Campos de   |           |            |
|                          |            |         |           |           | Cima da     |           |            |
|                          |            |         |           |           | Serra Ltda. | hile S.A. | Azaleia de |
|                          |            |         |           |           |             |           | Colombia   |
|                          |            |         |           |           |             |           | Ltda       |
| <b>Capital social</b>    | 2          | 10      | 7         | 36        | 6.          | 1.300     | 997        |
|                          | 00         | 4.919   | .087      | .081      | 692         |           |            |
| -Ordinárias              |            | 9.      |           |           |             | 1.250     |            |
|                          |            | 832.597 |           |           |             |           |            |
| -Preferenciais           |            | 1.      |           |           |             |           |            |
|                          |            | 257.948 |           |           |             |           |            |
| -Quotas                  | 2          |         | 1         | 90        | 6.          |           | 9.566.299  |
|                          | 10.525     |         | 1.203.070 | 6.441.250 | 691.800     |           |            |
| Participação (%)         | 5          | 99      | 5         | 25        | 9           | 5         | 9          |
|                          | 9,99%      | ,99%    | 9,99%     | ,00%      | 9,99%       | 0,00%     | 9,99%      |
| PL ajustado              | 2          | 14      | 5         | 43        | 6.          | 7         | 3          |
|                          | 38         | 5.738   | 61        | .743      | 705         | .607      | .889       |
| Lucro/(prejuízo)         | (          | 26      | (         | 6.        | 1           | 3         | 1          |
| exercício                | 2)         | .568    | 63)       | 185       | 09          | .383      | .485       |
| Resultado da             | (          | 40      | (         | 1.        | 1           | 1         | 1          |
| equivalência patrimonial | 2)         | .100    | 63)       | 597       | 09          | .700      | .191       |

|                    |    |       |    |      |     |      |      |
|--------------------|----|-------|----|------|-----|------|------|
| Valor              | 2  | 14    | 5  | 10   | 6.  | 3    | 3    |
| investimento 31/12 | 38 | 5.734 | 61 | .936 | 705 | .803 | .889 |

6

|                          | £                 | £                | Calzados<br>Azaleia<br>Peru<br>S.A. | Azaléia<br>Europe<br>S.r.o. | Azaléia<br>México<br>S.A. de<br>C.V. | 2003          | 2002          |
|--------------------------|-------------------|------------------|-------------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|---------------|---------------|
|                          | zaleia<br>Trading | zaleia<br>U.S.A. |                                     |                             |                                      |               |               |
|                          | £                 | 1                |                                     |                             |                                      |               |               |
|                          | .A.               | nc.              |                                     |                             |                                      |               |               |
| <b>Capital social</b>    | 8.956             | 31.619           | 1.748                               | 43                          | 3.250                                |               |               |
| -Ordinárias              | 31.000            | 14.212           | 17.863                              |                             | 6.436                                |               |               |
| -Preferenciais           |                   |                  |                                     |                             |                                      |               |               |
| -Quotas                  |                   |                  |                                     | 37                          |                                      |               |               |
| Participação (%)         | 1                 | 5                | 5                                   | 8                           | 5                                    |               |               |
|                          | 00,00%            | 1,95%            | 9,11%                               | 5,00%                       | 1,00%                                |               |               |
| PL ajustado              | 1                 | 1                | 7                                   | 3                           | 1                                    |               |               |
|                          | 3.944             | 8.055            | .334                                | .560                        | .934                                 |               |               |
| Lucro/(prejuízo)         | (                 | (                | 1                                   | 7                           | (                                    |               |               |
| exercício                | 6.974)            | 2.345)           | .201                                | 19                          | 1.044)                               |               |               |
| Resultado da             | (                 | (                | (                                   | 4                           | (                                    |               | 6             |
| equivalência patrimonial | 11.638)           | 2.231)           | 164)                                | 16                          | 829)                                 | 0.186         | 8.690         |
| Valor investimento       | 1                 | 5                | 7                                   | 3                           | 5                                    |               | 2             |
| 31/12                    | 3.944             | .379             | .269                                | .026                        | 86                                   | 06.870        | 04.099        |
| Outros investimentos     |                   |                  |                                     |                             |                                      |               | 6             |
|                          |                   |                  |                                     |                             |                                      | .150          | .572          |
| Provisão para            |                   |                  |                                     |                             |                                      |               | (             |
| desvalorização           |                   |                  |                                     |                             |                                      | <u>61)</u>    | <u>61)</u>    |
| Total de investimentos   |                   |                  |                                     |                             |                                      | <u>12.959</u> | <u>10.610</u> |

(a) As ações da Calçados Azaléia Nordeste S.A., no montante de R\$ 3.200, estão vinculadas em garantia ao contrato de mútuo com o Grupo Santander Banespa.



## 8 Transações com partes relacionadas

6

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2003, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas subsidiárias, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. As operações com partes relacionadas, substancialmente decorrem de operações mercantis e contratos de mútuo.

## 9 Imobilizado

| Taxa<br>(média) de<br>de<br>preciação<br><br>(a.a.%) | Controladora |     | Consolidado |     |
|--|--------------|-----|-------------|-----|
|  |              |     |             |     |
|  | 2            | 2   | 2           | 2   |
|  | 003          | 002 | 003         | 002 |

|  |                              |       |               |               |               |               |
|--|------------------------------|-------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|  |                              |       | 6             | 6             | 8             | 8             |
|  | Edificações                  | 4     | 0.514         | 3.305         | 0.899         | 2.478         |
|  | Máquinas e                   |       | 9             | 9             | 1             | 1             |
|  | equipamentos                 | 10/20 | 3.150         | 2.104         | 50.463        | 39.924        |
|  | Móveis e                     |       | 6             | 6             | 9             | 9             |
|  | utensílios                   | 10    | .091          | .015          | .174          | .421          |
|  |                              |       | 9             | 1             | 1             | 1             |
|  | Instalações                  | 10    | .669          | 0.227         | 6.817         | 5.626         |
|  |                              |       | 2             | 2             | 3             | 3             |
|  | Veículos                     | 20    | .434          | .679          | .436          | .480          |
|  | Equipamentos de              |       | 1             | 1             | 2             | 1             |
|  | computação                   | 20    | 3.204         | 0.922         | 0.104         | 8.313         |
|  | Outros                       | 10    | <u>1.714</u>  | <u>2.272</u>  | <u>3.736</u>  | <u>6.120</u>  |
|  |                              |       | <u>1</u>      | <u>1</u>      | <u>2</u>      | <u>2</u>      |
|  |                              |       | <u>86.776</u> | <u>87.524</u> | <u>84.629</u> | <u>75.362</u> |
|  | Depreciação                  |       | (             | (             | (             | (             |
|  | acumulada                    |       | 140.829)      | 134.818)      | 179.478)      | 162.002)      |
|  |                              |       | 1             | 1             | 1             | 1             |
|  | Reflorestamento              |       | 0             | 0             | 0             | 0             |
|  |                              |       | 7             | 7             | 7             | 9             |
|  | Terrenos                     |       | .840          | .089          | .924          | .224          |
|  | Obras em                     |       | 6             | 5             | 5             | 3             |
|  | andamento                    |       | 38            | 63            | 2.925         | 1.372         |
|  | Adiantamentos a fornecedores |       | <u>4</u>      | <u>11</u>     | <u>2.259</u>  | <u>36</u>     |
|  |                              |       | <u>5</u>      | <u>6</u>      | <u>1</u>      | <u>1</u>      |
|  |                              |       | <u>4.439</u>  | <u>0.379</u>  | <u>68.269</u> | <u>54.002</u> |

A reavaliação da controladora decorrente de ativos próprios foi realizada em 15 de setembro de 1989 conforme laudo elaborado por peritos independentes. O efeito no resultado do exercício, oriundo das depreciações sobre reavaliação foi de R\$ 852 em 2003 (R\$ 926 em 2002).

## 10 Financiamentos e empréstimos

As parcelas a longo prazo tem o seguinte cronograma de pagamento:

|                    | Controladora |     | Consolidado |     |
|--------------------|--------------|-----|-------------|-----|
|                    | 003          | 002 | 003         | 002 |
| Ano de vencimento: |              |     |             |     |
| 2004               |              |     |             |     |
| 2005               |              |     |             |     |
| 2006               |              |     |             |     |
| 2007               |              |     |             |     |
| 2008 até 2018      |              |     |             |     |

Garantias - Alienação fiduciária e notas promissórias dos bens financiados no valor de R\$ 4.222 na controladora (R\$ 5.231 em 2002) e R\$ 11.678 no consolidado (R\$ 11.017 em 2002); e duplicatas equivalentes a 130% do saldo devedor BNDES Exim. A Calçados Azaléia S.A. cedeu bens em hipoteca como garantia de financiamentos de sua controlada Calçados Azaléia Nordeste S.A. no valor de R\$ 22.234 (R\$ 22.234 em 2002).

## 11 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerada suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

O demonstrativo na data-base de 31 de dezembro de 2003, contendo os riscos contingentes conforme opinião de seus assessores jurídicos encontra-se a seguir:

| Natureza do passivo contingente | Probabilidade de ocorrência |               |               |              |               |               | Depósito judicial |              |
|---------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|-------------------|--------------|
|                                 | Controladora                |               |               | Consolidado  |               |               | Controladora      | Consolidado  |
|                                 | Provável                    | Possível      | Remota        | Provável     | Possível      | Remota        |                   |              |
| a) Cível                        | 6.653                       | 14.408        | 8.453         | 6.653        | 17.186        | 8.453         | -                 | -            |
| b) Tributário                   | 1.506                       | 19.714        | 6.777         | 1.506        | 19.714        | 6.892         | 323               | 619          |
| c) Trabalhista                  | 1.026                       | 4.563         | 9.560         | 1.029        | 4.641         | 9.680         | 4.166             | 4.547        |
| d) Previdenciário               | -                           | -             | 8.416         | -            | -             | 8.416         | 2.270             | 2.750        |
| <b>Total</b>                    | <b>9.185</b>                | <b>38.685</b> | <b>33.206</b> | <b>9.188</b> | <b>41.541</b> | <b>33.441</b> | <b>6.759</b>      | <b>7.916</b> |

- a) Cível - Indenizações calculadas sobre futuros distratos de contratos de prestação de serviços;
- b) Tributário - Representadas basicamente por autuações estaduais e federais que encontram-se com processos em julgamento no STJ e STF;
- c) Trabalhista - Diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios;
- d) Previdenciário - Autuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF com decisões favoráveis nas instâncias inferiores.

A Companhia constituiu provisão para contingências para o montante cuja probabilidade de perda foi considerada pela Administração e seus assessores jurídicos como “provável”.

## 12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Controladora e a Controlada fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceram também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30%

dos lucros anuais tributáveis na controladora, e na controlada do exterior prescrevem a partir de 2011. O valor contábil do ativo fiscal diferido vem sendo revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não tem sido significativos em relação a previsão preliminar da administração.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

|   | Controladora |             | Consolidado |             |
|---|--------------|-------------|-------------|-------------|
|   | 003          | 002         | 003         | 002         |
| Ativo circulante:   |              |             |             |             |
| Provisão gratificação de diretores                          | 16           | 01          | 25          | 33          |
| Provisão comissões sobre vendas                             | .349         | .471        | .023        | .685        |
| Provisão royalties  | 50           | -           | 50          | -           |
| Variações cambiais  | .022         | -           | .022        | -           |
| Provisão para perdas de créditos em controladas no exterior | -            | -           | 7           | -           |
| Provisões diversas em controladas no exterior               | =            | =           | <u>166</u>  | =           |
|   | <u>.637</u>  | <u>.872</u> | <u>.583</u> | <u>.118</u> |
| Realizável a longo prazo:                                   |              |             |             |             |
| Prejuízos fiscais a compensar                               | .003         | -           | .003        | -           |
| Base negativa de contribuição social                        | .877         | -           | .877        | -           |

|   |              |              |              |              |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Provisão para contingências                 | .123         | .288         | .124         | .634         |
| Provisão para perdas de créditos            | .597         | .846         | .823         | .121         |
| Prejuízos fiscais em controlada no exterior | =            | =            | <u>3.928</u> | <u>3.480</u> |
|   | <u>9.600</u> | <u>2.134</u> | <u>3.755</u> | <u>6.235</u> |

Passivo circulante:

|                    |   |   |           |   |
|--------------------|---|---|-----------|---|
| Variações cambiais | = | = | <u>14</u> | = |
|--------------------|---|---|-----------|---|

A Companhia tem expectativa de compensar o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias num prazo máximo de cinco anos, de acordo com projeções de resultados futuros apurados pela Administração, nos termos da instrução CVM nº 371.

A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas em resultado é demonstrada como segue:

|  | <b>Controla</b> |            | <b>Consolidad</b> |            |
|--|-----------------|------------|-------------------|------------|
|  | <b>dora</b>     |            | <b>o</b>          |            |
|  | <u>1</u>        |            | <u>2</u>          | <u>2</u>   |
|  | <b>003</b>      | <b>002</b> | <b>003</b>        | <b>002</b> |
| (Prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | (93)            | 74.024     | 0.943             | 97.615     |
| Alíquota fiscal combinada  | 4%              | 4%         | 4%                | 4%         |
| Imposto de renda e contribuição social:                                      | (32)            | 5.168      | .121              | 3.189      |
| Pela alíquota fiscal combinada   |                 |            |                   |            |
| Adições permanentes:   |                 |            |                   |            |

|  |                   |                |              |               |
|--|-------------------|----------------|--------------|---------------|
|  | 1                 |                | 1            | 1             |
| Despesas não dedutíveis                | 1.299             | 3.039          | 2.245        | 2.632         |
| Exclusões permanentes:                 |                   |                |              |               |
|  | 1                 |                | 2            | 1             |
| Receitas isentas de impostos           | 0.263             | 3.355          | .131         | .468          |
|  |                   |                | <u>1</u>     | <u>2</u>      |
| Deduções                               | <u>11.207</u>     | <u>5.282</u>   | <u>4.858</u> | <u>3.110</u>  |
| Imposto de renda e contribuição social | ( <u>10.203</u> ) | ( <u>430</u> ) | <u>2.377</u> | <u>1.243</u>  |
|  |                   |                | (            | (             |
| Ajuste alíquotas no exterior           |                   |                | 419)         | 921)          |
|  | (                 |                | 3            |               |
| Outros ajustes                         | 43)               | 323            | .156         | 323           |
| Imposto de renda e contribuição social |                   |                |              |               |
|  | (                 |                |              |               |
| no resultado do exercício              | <u>10.246</u> )   | <u>107</u>     | <u>5.114</u> | <u>20.645</u> |
|  |                   |                | 2            | 2             |
| Alíquota efetiva                       | -                 | ,15%           | 4,42%        | 1,15%         |

### 13 Patrimônio líquido (controladora)

#### a. Capital social

O capital social autorizado, conforme AGO/E realizada em 18 de março de 2003, é de 500.000.000 ações, sendo 67.033.086 ações ordinárias e 132.801.153 preferenciais nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2003, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 199.834.239 (199.834.239 em 2002) ações nominativas, sendo 67.033.086 (67.033.086 em 2002) ordinárias e 132.801.153 (132.801.153 em 2002) preferenciais, sem valor nominal.

#### b. Reservas

- *Reserva legal*  
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- *Reserva estatutária*

O estatuto social determina a formação de uma reserva para investimento futuro, no montante de 100% do valor remanescente após a apropriação da reserva legal e a distribuição de dividendos, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais e garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos.

- *Reserva de reavaliação*

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora, com base em laudo de avaliação elaborada por peritos avaliadores independentes. O imposto de renda e contribuição social correspondentes estão classificados no exigível a longo prazo.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

**c. Dividendos**

As ações preferenciais nominativas não têm direito a voto e gozam de prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de R\$ 0,10 (dez centavos de reais) por lote de 1.000 (mil) ações ou de no mínimo 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, o que for maior; participando em igualdade de condições do dividendo remanescente, depois de as ações ordinárias terem recebido dividendo igual ao mínimo. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. No ano de 2003, a companhia distribuiu dividendos de 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

|  | <b>2003</b>   | <b>2002</b>   |
|--|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício                       | 10.006        | 73.550        |
| (-) Reserva legal                                | (500)         | (3.677)       |
| (+) Realização líquida da reserva de reavaliação | <u>2.307</u>  | <u>2.042</u>  |
| Base de cálculo                                  | <u>11.813</u> | <u>71.915</u> |
| Dividendos mínimo obrigatório                    | <u>2.953</u>  | <u>17.979</u> |
| Dividendos propostos                             | <u>11.080</u> | <u>22.809</u> |

**14** Outras receitas operacionais

Esta conta é composta basicamente de crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes das controladas, conforme Decreto no. 7.237 de 13 de fevereiro de 1998. O benefício no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, no montante de



R\$ 31.930 (R\$ 32.445 em 2002), foi registrado na conta outras receitas operacionais.

## 15 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não aplicam em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo.

### a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2003 estão identificados a seguir:

| Descrição              | Controladora   |                  | Consolidado    |                  |
|------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
|                        | Saldo contábil | Valor de mercado | Saldo contábil | Valor de mercado |
| Disponibilidades       | 3.996          | 3.996            | 26.027         | 26.027           |
| Aplicações Financeiras | 15.905         | 15.931           | 33.278         | 33.304           |
| Mútuos a receber       | 14.514         | 14.514           | 222            | 222              |
| Tributos a recuperar   | 2.514          | 2.514            | 3.324          | 3.324            |
| Tributos diferidos     | 23.237         | 23.237           | 28.338         | 28.338           |
| Investimentos:         |                |                  |                |                  |
| Avaliados pelo MEP:    |                |                  |                |                  |
| Sem cotação em bolsa   | 206.870        | 206.870          | -              | -                |
| Empréstimos e          |                |                  |                |                  |

|                             |        |        |        |        |
|-----------------------------|--------|--------|--------|--------|
| financiamentos:             |        |        |        |        |
| Em moeda nacional           | 7.865  | 7.860  | 46.463 | 46.506 |
| Em moeda estrangeira        | 20.621 | 20.588 | 36.431 | 35.219 |
| Mútuos a pagar              | 19.119 | 19.119 | -      | -      |
| Mútuos a pagar - acionistas | 20.900 | 20.900 | 20.900 | 20.900 |
| Tributos diferidos          | 2.635  | 2.635  | 2.937  | 2.937  |

**b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado**

*a. Disponibilidades e aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

Para as aplicações financeiras o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos; quando da inexistência, foram baseados nos fluxos de caixa futuros, descontados às taxas médias de aplicação disponíveis.

*b. Mútuos a receber/pagar*

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado e se tratam de operações com controladas.

*c. Tributos a recuperar/diferidos*

Apresentados ao valor contábil uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor de mercado.

*d. Investimentos*

Os valores de mercado para os investimentos são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não possuem cotação de mercado.

*e. Empréstimos e financiamentos*

Os valores de mercado dos financiamentos foram calculados com base no seu valor presente apurado pelos fluxos de caixa futuro e utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos.

Os valores de mercado para o financiamento de BNDES/FINAME são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

*f. Limitações*

Os valores de mercado foram estimados em um momento específico, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

**c. Risco de crédito**

As políticas de vendas da Companhia e de suas subsidiárias estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). A Companhia possui ainda, a provisão para

devedores duvidosos, no montante de R\$ 12.002 (R\$ 13.617 em 2002) representativos de 7% do saldo de contas a receber em aberto (7% em 2002), para fazer face ao risco de crédito consolidado de R\$ 16.511 (R\$ 19.187 em 2002), representativos de 6,5% e 8%, respectivamente, do saldo de contas a receber em aberto.

**d. Risco de taxa de câmbio**

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a sofrer variações, pois parte de seus passivos está atrelada à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2003 com a variação negativa de 18,23%.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* natural com a manutenção de ativos vinculados suscetíveis também, à variação cambial, conforme quadro abaixo:

|   | <b>2003</b> | <b>2002</b> |
|---|-------------|-------------|
| A. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos |             |             |
| Controladora  | 7.137       | 23.781      |
| Consolidado   | 12.609      | 26.450      |
| B. Ativos em dólares norte-americanos                     |             |             |
| Controladora  | 10.992      | 18.430      |
| Consolidado   | 16.168      | 18.930      |
| C. Superávit (déficit)apurado (A-B)                       |             |             |
| Controladora  | 3.855       | (5.351)     |
| Consolidado   | 3.559       | (7.520)     |

**e. Risco de taxa de juros**

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a sofrer significativas variações decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes.

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger ou reduzir os custos financeiros das operações de financiamentos.

A contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, tem por objetivo minimizar os riscos em operações, financiamentos e investimentos com moedas estrangeiras. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

**16 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto às principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As principais coberturas de seguro são:

|                      |            |            |
|----------------------|------------|------------|
|                      | <b>2</b>   | <b>2</b>   |
| <b>Risco coberto</b> | <b>003</b> | <b>002</b> |

|                                 |                           |   |                                |               |                |
|---------------------------------|---------------------------|---|--------------------------------|---------------|----------------|
| Prédios, máquinas e informática | estoques, equipamentos de | Incêndio, vendaval e flutuantes especificados | danos elétricos, em locais não | 2             | 2              |
|                                 |                           |   |                                | 13.600        | 42.150         |
| Aeronave                        |                           | RETA, LUC e CASCO                             |                                | -             | 48.406         |
| Veículos                        |                           | Responsabilidade civil                        |                                | <u>38.050</u> | <u>18.260</u>  |
|                                 |                           |   |                                | <u>51.650</u> | <u>308.816</u> |

## 17 Benefícios a funcionários

- a) A remuneração e os devidos encargos sociais e trabalhistas são reconhecidos no resultado dentro do período de realização da obrigação com os funcionários.

Destacam-se como benefícios adicionais aos funcionários e seus dependentes as seguintes despesas incorridas em 2003:

|                                  | <b>Con<br/>troladora</b> | <b>Con<br/>solidado</b> |
|----------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Alimentação                      | 3.77                     | 8.61                    |
|                                  | 5                        | 8                       |
| Creche                           | 1.59                     | 1.59                    |
|                                  | 8                        | 8                       |
| Educação                         | 1.34                     | 1.56                    |
|                                  | 8                        | 0                       |
| Transporte                       | 1.49                     | 2.68                    |
|                                  | 3                        | 4                       |
| Saúde                            | 3.11                     | 3.64                    |
|                                  | 4                        | 4                       |
| Segurança e medicina do trabalho | 1.68                     | 2.88                    |
|                                  | 5                        | 1                       |
| Capacitação                      | 1.37                     | 2.32                    |
|                                  | 0                        | 7                       |
| Outros                           | <u>886</u>               | <u>1.257</u>            |
|                                  | <u>15.2</u>              | <u>24.5</u>             |
| Total                            | <u>69</u>                | <u>69</u>               |

- b) Em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração provisionou a participação de empregados nos lucros no valor de R\$ 2.172 (controladora) e R\$ 2.852 (consolidado), que será pago no exercício social de 2004.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Acordo de Participação nos Lucros datado de 03 de novembro de 2003, assinado pelo

sindicato da categoria.

## **18**      Eventos subsequentes em controlada

Conforme Ata de Reunião realizada em 13 de janeiro de 2004, o Conselho de Administração da controlada Calçados Azaléia Nordeste S.A. aprovou a emissão de 2.534.718 ações nominativas preferenciais, num total de R\$ 29.175, para subscrição pelo Fundo de Investimento do Nordeste-FINOR, com recursos previstos no artigo 9º da Lei 8.167, de 16.01.1991. Este valor foi integralizado pelo FINOR em 01.03.2004.

## ANEXO V - Notas Explicativas ano de 2002 e 2001.

### **Exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e 2001**

*(Em milhares de reais)*

#### **19** Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de calçados, artigos de vestuário e artefatos de couro em geral, materiais plásticos ou similares e a fabricação de componentes para estes, para o seu próprio consumo e para a venda a terceiros.

#### **20** Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2001, foram reclassificadas para fins de comparabilidade.

#### ***Resumo das principais práticas contábeis***

##### *j. Apuração do resultado*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

*k. Moeda estrangeira*

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado. Para as empresas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos não monetários, que são apresentados ao custo histórico, foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço.

*l. Instrumentos financeiros derivativos*

A utilização de instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, compra e venda de contratos de opções e contratos de câmbio a termo como *hedge*, visa diminuir os riscos em operações, financiamentos e investimentos com moedas estrangeiras. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para negociação.

A Companhia não realizou operações envolvendo contratos futuros ou contratos de opção durante o exercício.

O valor de mercado dos *swaps* é o valor estimado que a Companhia receberia ou pagaria para cancelar a operação na data do fechamento do balanço, contabilizando taxas de juros e a valorização de créditos das contrapartidas nos *swaps*.

*m. Ativo circulante e realizável a longo prazo*

- **Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado.

- **Provisão para créditos duvidosos**

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerada suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- **Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção que não excede o valor de mercado.

O custo dos estoques está baseado nos princípios do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de

estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte das despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

- **Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados ao valor líquido de realização.

*n. Permanente*

- **Investimentos**

Os investimentos em empresas controladas, estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

- **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção acrescido de reavaliação espontânea. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A Companhia adota a depreciação acelerada por turnos de trabalho, abrangendo os ativos produtivos.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

- **Diferido**

Registrado ao custo de aquisição e formação, refere-se a gastos com investimento em pesquisa científica e desenvolvimento de projetos industriais.

*o. Passivo circulante e exigível a longo prazo*

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço.



*p. Provisões*

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

*q. Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade futura, a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

*r. Reserva de reavaliação*

Decorrente de ativos próprios, cujo imposto de renda e contribuição social correspondentes estão classificados no exigível a longo prazo.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários

## **21** Demonstrações financeiras consolidadas

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Calçados Azaléia S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

**Percentual de participação**

|   | <b>2002</b> | <b>2001</b> |
|---|-------------|-------------|
| Azaleia Trading S.A.                              | 100,00      | 100,00      |
| Azaleia U.S.A. Inc.                               | 100,00      | 100,00      |
| Aztur Transporte e Turismo Ltda.                  | 99,99       | 99,99       |
| Calçados Azaléia Nordeste S.A.                    | 99,99       | 99,99       |
| Calçados Hispana Ltda.                            | 99,99       | 99,99       |
| Calzados Azaleia de Colombia Ltda.                | 100,00      | 99,99       |
| Energética Campos de Cima da Serra Ltda.          | 99,99       | 99,99       |
| Projeto 2001 – Empreendimentos Imobiliários Ltda. | 99,97       | 99,97       |
| Azaléia Comercial Ltda.                           | 99,96       | 99,96       |
| Olympikus Pro Sports Ltda.                        | 99,85       | 99,80       |
| Calzados Azaleia Peru S.A.                        | 99,12       | 99,12       |
| Azaleia Chile S.A.                                | 50,00       | 50,00       |
| Pars Participações Ltda.                          | 25,00       | 25,00       |
| Azaléia Europe S.r.o.(a)                          | 85,00       | -           |
| Azaléia México S.A de C.V.(b)                     | 51,00       | -           |

(a) Sociedade adquirida em 10 de setembro de 2002.

(b) Sociedade constituída em 20 de agosto de 2002.

***Descrição dos principais procedimentos de consolidação***

- a.** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b.** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- f.** Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Esses saldos são eliminados na medida da participação da Companhia na empresa contra o investimento na mesma. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- d.** Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

|              | <u>Resultado do exercício</u> |               | <u>Patrimônio líquido</u> |                |
|--------------|-------------------------------|---------------|---------------------------|----------------|
|              | 2002                          | 2001          | 2002                      | 2001           |
| Controladora | <u>73.550</u>                 | <u>40.889</u> | <u>359.284</u>            | <u>340.543</u> |

|   |               |               |                |                |
|---|---------------|---------------|----------------|----------------|
| Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social | ( 1.333)      | 763           | (3.484)        | ( 2.151)       |
| Consolidado   | <u>72.217</u> | <u>41.652</u> | <u>355.800</u> | <u>338.392</u> |

## 22 Aplicações financeiras

|                                  | <b>Controlado</b> |            | <b>Consolidado</b> |            |
|----------------------------------|-------------------|------------|--------------------|------------|
|                                  | <b>ra</b>         |            |                    |            |
|                                  | <u>2</u>          | <u>2</u>   | <u>2</u>           | <u>2</u>   |
|                                  | <b>002</b>        | <b>001</b> | <b>002</b>         | <b>001</b> |
| Certificado de Depósito Bancário | 8                 | €          | 1                  | 7          |
| Outras aplicações                |                   |            |                    | <u>1</u>   |
|                                  | <u>8</u>          | €          | <u>1</u>           | <u>9</u>   |

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados à taxa de 100% do CDI ou TJLP acrescida de taxa de juros de 12,3% ao ano.

## 23 Contas a receber de clientes

|                                  | <b>Controladora</b> |                | <b>Consolidado</b> |                |
|----------------------------------|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
|                                  | <b>2002</b>         | <b>2001</b>    | <b>2002</b>        | <b>2001</b>    |
| Circulante:                      |                     |                |                    |                |
| No País                          | 123.239             | 125.508        | 188.901            | 180.367        |
| No exterior                      | 36.564              | 34.695         | 66.887             | 53.194         |
| Empresas controladas             | 31.387              | 26.108         | -                  | -              |
| Menos:                           |                     |                |                    |                |
| Provisão para créditos duvidosos | ( 13.617)           | ( 14.463)      | ( 19.187)          | ( 16.521)      |
|                                  | <u>177.573</u>      | <u>171.848</u> | <u>236.601</u>     | <u>217.040</u> |

**24 Estoques**

|   | <u>Controladora</u> |               | <u>Consolidado</u> |               |
|---|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
|   | <b>2002</b>         | <b>2001</b>   | <b>2002</b>        | <b>2001</b>   |
| Produtos acabados                         | 15.464              | 12.136        | 29.380             | 22.982        |
| Produtos em elaboração                    | 3.931               | 2.243         | 5.116              | 2.995         |
| Matérias-primas                           | 20.546              | 28.427        | 23.730             | 31.439        |
| Materiais auxiliares, manutenção e outros | 8.873               | 6.114         | 10.147             | 7.367         |
| Importações em andamento                  | <u>2.093</u>        | <u>3.056</u>  | <u>6.091</u>       | <u>3.688</u>  |
|   | <u>50.907</u>       | <u>51.976</u> | <u>74.464</u>      | <u>68.471</u> |

**25 Investimentos**

6 *Participações em empresas*

*controladas*

6

*(a) As ações da Calçados Azaléia Nordeste S.A., no montante de R\$ 3.200, estão vinculadas em garantia ao contrato de mútuo com o Banco do Estado de São Paulo S.A (Banespa).*

**26 Transações com partes relacionadas**

6

6 *Transações entre*

*controladora, controladas e partes*

*relacionadas*

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2002, bem como as transações que influenciaram o resultado do

exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas subsidiárias, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. As operações com partes relacionadas, substancialmente decorrem de operações mercantis e contratos de mútuo.

## 27 mobilizado

|                              | Taxa<br>(média) de<br>Consolidado<br>depreciação<br>(a.a.%) | <u>Controladora</u> |                |                |                |
|------------------------------|---|---------------------|----------------|----------------|----------------|
|                              |   | 2002                | 2001           | 2002           | 2001           |
| Edificações                  | 4   | 63.305              | 62.093         | 82.478         | 78.186         |
| Máquinas e equipamentos      | 10/20   | 92.104              | 92.925         | 139.924        | 132.326        |
| <b>Móveis e utensílios</b>   | <b>10</b>   | <b>6.015</b>        | <b>5.563</b>   | <b>9.421</b>   | <b>7.727</b>   |
| Instalações                  | 10  | 10.227              | 9.791          | 15.626         | 14.489         |
| Veículos                     | 20  | 2.679               | 2.865          | 3.480          | 3.413          |
| Equipamentos de computação   | 20  | 10.922              | 7.629          | 18.313         | 12.255         |
| Aeronaves                    | 10  | -                   | 15.518         | -              | 15.518         |
| Outros                       | 10  | <u>2.272</u>        | <u>2.436</u>   | <u>6.120</u>   | <u>4.217</u>   |
|                              |   | <u>187.524</u>      | <u>198.820</u> | <u>275.362</u> | <u>268.131</u> |
| Depreciação acumulada        |   | (134.818)           | (132.308)      | (162.002)      | (148.132)      |
| Reflorestamento              |   | 10                  | 339            | 10             | 339            |
| Terrenos                     |   | 7.089               | 9.817          | 9.224          | 11.084         |
| Obras em andamento           |   | 563                 | 1.327          | 31.372         | 3.121          |
| Adiantamentos a fornecedores |   | <u>11</u>           | <u>46</u>      | <u>36</u>      | <u>46</u>      |
|                              |   | <u>60.379</u>       | <u>78.041</u>  | <u>154.002</u> | <u>134.589</u> |

A reavaliação da controladora decorrente de ativos próprios foi realizada em 15 de setembro de 1989 conforme laudo elaborado por peritos independentes.

|                    | <b>Controla</b> |            | <b>Consolida</b> |            |
|--------------------|-----------------|------------|------------------|------------|
|                    | <b>dora</b>     |            | <b>do</b>        |            |
|                    | <hr/>           |            | <hr/>            |            |
| Ano de vencimento: | <b>002</b>      | <b>001</b> | <b>002</b>       | <b>001</b> |
| 2003               |                 |            |                  |            |
| 2004               |                 |            |                  |            |
| 2005               |                 |            |                  |            |
| 2006               |                 |            |                  |            |

O efeito no resultado do exercício, oriundo das depreciações sobre reavaliação foi de R\$ 926 em 2002 (R\$ 1.026 em 2001).

## **28**      Financiamentos e empréstimos

As parcelas a longo prazo tem o seguinte cronograma de pagamento:

2007 até 2018

|       |       |       |       |
|-------|-------|-------|-------|
| _____ | _____ | _____ | _____ |
| _____ | _____ | _____ | _____ |
| _____ | _____ | _____ | _____ |

Garantias - Alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 5.231 na controladora (R\$ 4.548 em 2001) e R\$ 11.017 no consolidado (R\$ 9.582 em 2001); e duplicatas equivalentes a 130% do saldo devedor BNDES. A Calçados Azaléia S.A. cedeu bens em hipoteca como garantia de financiamentos de sua controlada Calçados Azaléia Nordeste S.A. no valor de R\$ 22.234 (R\$ 22.234 em 2001).

## 29 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerada suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

O demonstrativo na data-base de 31 de dezembro de 2002, contendo os riscos contingentes conforme opinião de seus assessores jurídicos encontra-se a seguir:

| Natureza do passivo contingente | Probabilidade de ocorrência |          |        |             |          |        | Depósito judicial |             |
|---------------------------------|-----------------------------|----------|--------|-------------|----------|--------|-------------------|-------------|
|                                 | Controladora                |          |        | Consolidado |          |        | Controladora      | Consolidado |
|                                 | Provável                    | Possível | Remota | Provável    | Possível | Remota |                   |             |
| a) cível                        | 16.997                      | 10.980   | 9.369  | 17.992      | 12.670   | 9.369  | -                 | -           |
| b) tributário                   | 5.685                       | 2.255    | 19.559 | 5.685       | 2.255    | 19.668 | 245               | 438         |

|                   |               |               |               |               |               |               |              |              |
|-------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|
| c) trabalhista    | 1.693         | 2.866         | 4.431         | 1.717         | 2.925         | 4.494         | 3.021        | 3.187        |
| d) previdenciário | -             | -             | 10.506        | -             | -             | 10.506        | 1.378        | 1.670        |
| Total             | <u>24.375</u> | <u>16.101</u> | <u>43.865</u> | <u>25.394</u> | <u>17.850</u> | <u>44.037</u> | <u>4.644</u> | <u>5.295</u> |

- e) Cível – indenizações calculadas sobre futuros distratos de contratos de prestação de serviços;
- f) Tributário – representadas basicamente por autuações estaduais e federais que encontram-se com processos em julgamento no STJ e STF;
- g) Trabalhista – diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios;
- h) Previdenciário – Autuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF com decisões favoráveis nas instâncias inferiores.

A Companhia constituiu provisão para contingências para o montante cuja probabilidade de perda foi considerada pela Administração e seus assessores jurídicos como “provável”.

### 30 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Controlada fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu também os créditos tributários sobre prejuízos fiscais de exercícios anteriores, que prescrevem a partir de 2011. O valor contábil do ativo fiscal diferido vem sendo revisado anualmente pela Companhia e os ajustes decorrentes não tem sido significativos em relação a previsão preliminar da administração.



O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

|   | <u>Controladora</u> |               | <u>Consolidado</u> |               |
|---|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
|   | 2002                | 2001          | 2002               | 2001          |
| Circulante:                                 |                     |               |                    |               |
| Provisão gratificação de diretores          | 4.458               | 4.789         | 4.806              | 5.282         |
| <b>Provisão comissões sobre vendas</b>      | <b>4.327</b>        | <b>4.249</b>  | <b>6.243</b>       | <b>6.130</b>  |
| <b>Realizável a longo prazo:</b>            |                     |               |                    |               |
| <b>Provisão para contingências</b>          | <b>24.375</b>       | <b>28.083</b> | <b>25.394</b>      | <b>29.264</b> |
| <b>Provisão para perdas de créditos</b>     | <b>11.313</b>       | <b>11.958</b> | <b>12.113</b>      | <b>12.683</b> |
| Prejuízos fiscais em controlada no exterior |                     |               | 11.897             | 6.441         |

A Companhia tem expectativa de compensar o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias num prazo máximo de cinco anos, de acordo com projeções de resultados futuros apurados pela Administração, nos termos da instrução CVM nº 371.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

| 6   | <u>Controladora</u> |               | <u>Consolidado</u> |               |
|---|---------------------|---------------|--------------------|---------------|
|   | 2002                | 2001          | 2002               | 2001          |
| Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social | <u>74.024</u>       | <u>39.432</u> | <u>97.615</u>      | <u>51.856</u> |
| Alíquota fiscal combinada   | 34%                 | 34%           | 34%                | 34%           |
| Imposto de renda e contribuição social:                           |                     |               |                    |               |
| Pela alíquota fiscal combinada                                    | 25.168              | 13.407        | 33.189             | 17.631        |
| Adições permanentes:  |                     |               |                    |               |
| Despesas não dedutíveis   | 13.039              | 17.114        | 12.632             | 19.724        |
| Exclusões permanentes:  |                     |               |                    |               |
| Receitas isentas de impostos                                      | 23.355              | 12.765        | 1.468              | 832           |
| Deduções  | <u>15.282</u>       | <u>22.044</u> | <u>23.110</u>      | <u>28.491</u> |

|  |              |                |               |             |
|--|--------------|----------------|---------------|-------------|
| Imposto de renda e contribuição social | <u>(430)</u> | <u>(4.288)</u> | <u>21.243</u> | <u>8.03</u> |
| Ajuste alíquotas no exterior           | -            | -              | (921)         | -           |
| Outros ajustes                         | <u>323</u>   | <u>( 537)</u>  | <u>323</u>    | <u>( 53</u> |
| Imposto de renda e contribuição social |              |                |               |             |
| no resultado do exercício              | <u>107</u>   | <u>(4.825)</u> | <u>20.645</u> | <u>7.49</u> |
| Alíquota efetiva                       | <u>0,15%</u> | <u>(12%)</u>   | <u>21,15%</u> | <u>14%</u>  |

### 31 Patrimônio líquido (controladora)

#### d. *Capital social*

O capital social autorizado, conforme AGE realizada em 17 de dezembro de 2002, é de 500.000.000 ações, sendo 67.033.086 ações ordinárias e 132.801.153 preferenciais nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2002, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 199.834.239 (199.834.239 em 2001) ações nominativas, sendo 67.033.086 (67.033.086 em 2001) ordinárias e 132.801.153 (132.801.153 em 2001) preferenciais, sem valor nominal.

#### e. *Reservas*

##### f.

- *Reserva Legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- *Reserva estatutária*

O estatuto social determina a formação de uma reserva para investimento futuro, no montante de 100% do valor remanescente após a apropriação da reserva legal e a distribuição de dividendos, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais e garantir a continuidade da distribuição anual de dividendos.

- *Reserva de reavaliação*

Decorrente de ativos próprios, cujo imposto de renda e contribuição social correspondentes estão classificados no exigível a longo prazo.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

#### g. *Dividendos*

Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto na Assembléia Geral. As ações preferenciais nominativas não terão direito a voto e gozarão de prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de: R\$ 0,10 (dez centavos de reais) por lote de 1000 (mil) ações ou de no mínimo 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, o que for maior; participando em igualdade de condições do dividendo remanescente, depois de as ações ordinárias terem recebido dividendo

igual ao mínimo, conforme às modificações introduzidas pela Lei 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

### **32** Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 32.000 (R\$ 31.000 em 2001), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$ 10.880 (R\$ 10.540 em 2001), aproximadamente, em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Demonstrativo do cálculo do dividendo mínimo obrigatório:

|  | <b>2002</b>   | <b>2001</b>   |
|--|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício                       | 73.550        | 40.889        |
| (-) Reserva legal                                | (3.677)       | (2.045)       |
| (+) Realização líquida da reserva de reavaliação | <u>2.042</u>  | <u>1.026</u>  |
| Base de cálculo                                  | <u>71.915</u> | <u>39.870</u> |
| Dividendos mínimos obrigatórios                  | 17.979        | 9.968         |
| Dividendos propostos                             | 22.809        | 5.646         |
| Juros sobre o capital próprio                    | <u>32.000</u> | <u>31.000</u> |

### **33** Outras receitas operacionais

Esta conta é composta basicamente de crédito presumido do ICMS nas operações de saídas de calçados e seus componentes conforme Decreto no. 7.237 de 13 de fevereiro de 1998 da controladas. O benefício no exercício encerrado em 31 de dezembro

de 2002, no montante de R\$ 32.445 (R\$ 26.749 em 2001), foi registrado na conta outras receitas operacionais.

### 34 Instrumentos financeiros

#### f. *Composição dos saldos*

Em atendimento à Instrução CVM nº 235/95, os saldos contábeis dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2002 estão identificados a seguir:

| Descrição                     | <u>Controladora</u> |                  | <u>Consolidado</u> |                  |
|-------------------------------|---------------------|------------------|--------------------|------------------|
|                               | Saldo contábil      | Valor de mercado | Saldo contábil     | Valor de mercado |
| Disponibilidades              | 9.700               | 9.700            | 32.386             | 32.386           |
| Aplicações Financeiras        | 84.043              | 83.474           | 140.976            | 136.895          |
| Mútuos a receber              | 1.267               | 1.267            | -                  | -                |
| Tributos a recuperar          | 3.874               | 3.874            | 4.548              | 4.548            |
| Tributos diferidos            | 14.006              | 14.006           | 19.353             | 19.353           |
| Investimentos:                |                     |                  |                    |                  |
| Avaliados pelo MEP:           |                     |                  |                    |                  |
| Sem cotação em bolsa          | 204.099             | 204.099          | -                  | -                |
| Empréstimos e financiamentos: |                     |                  |                    |                  |
| Em moeda nacional             | 33.222              | 33.354           | 71.350             | 71.323           |
| Em moeda estrangeira          | 84.025              | 83.391           | 93.456             | 92.749           |
| Mútuos a pagar                | 20.593              | 20.593           | 20.593             | 20.593           |
| Tributos diferidos            | 3.824               | 3.824            | 3.866              | 3.866            |

#### g. *Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado*

##### g. *Disponibilidades*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

##### b. *Aplicações Financeiras*

Os valores de mercado das Aplicações Financeiras foram calculados com base no seu valor presente apurado pelos fluxos de caixa futuros e utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos.

*h. Mútuos a receber/pagar*

Os valores de mercado são idênticos aos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares e se trata de operações com controladas, coligadas e partes relacionadas.

*i. Tributos a recuperar/diferidos*

Os valores de mercado desses instrumentos são idênticos aos contábeis, considerando que os tributos a recuperar correspondem a antecipações de curto prazo e os tributos diferidos referem-se, essencialmente, à parcela relativa à reserva de reavaliação e diferenças temporárias.

*j. Investimentos*

Os valores de mercado para os investimentos são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não possuem cotação de mercado.

*k. Empréstimos e financiamentos*

Os valores de mercado dos financiamentos foram calculados com base no seu valor presente apurado pelos fluxos de caixa futuros e utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos.

*l. Derivativos*

A Calçados Azaléia S.A. tem como política a eliminação dos riscos de mercado evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A maior parte dos contratos derivativos é com operações de Swap, envolvendo taxas pré-fixadas, como instrumento para “Hedge” de taxas de financiamentos. A Companhia não espera realizar perdas nessas operações.

*m. Limitações*

Os valores de mercado foram estimados em um momento específico, baseados em “informações relevantes de mercado”. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

*c. Risco de crédito*

As políticas de vendas da Companhia e de suas subsidiárias estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é

alcançado pela administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). A Companhia possui ainda, a provisão para devedores duvidosos, no montante de R\$ 13.617 (R\$ 14.463 em 2001) representativos de 7% do saldo de contas a receber em aberto (8% em 2001), para fazer face ao risco de crédito consolidado de R\$ 19.187 (R\$ 16.521 em 2001), representativos de 8 % e 7 %, respectivamente, do saldo de contas a receber em aberto.

**d. Risco de taxa de câmbio**

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a sofrer variações, pois parte de seus passivos está atrelada à volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2002 com a variação de 52,26%.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração tem adotado a política de manter *hedge* para as operações em moeda estrangeira:

|   | <b>2002</b> | <b>2001</b> |
|---|-------------|-------------|
| A. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos |             |             |
| Controladora  | 23.781      | 14.591      |
| Consolidado   | 26.450      | 18.452      |
| B. Ativos em dólares norte-americanos                     |             |             |
| Controladora  | 18.430      | 14.952      |
| Consolidado   | 18.930      | 22.924      |
| C. Operações financeiras de “Swap”                        |             |             |
| Controladora  | -           | (268)       |
| Consolidado   | -           | (268)       |
| D. Déficit apurado (A-B-C)                                |             |             |
| Controladora  | (5.351)     | (93)        |
| Consolidado   | (7.520)     | (4.204)     |

6 As operações financeiras de SWAP realizadas podem ser sumariadas como segue:

| <b>Controlador</b> | <b>Consolida</b> |
|--------------------|------------------|
| <b>a</b>           | <b>do</b>        |
| 2                  |                  |
| 002      001       | 002      001     |

|   |   |     |     |
|---|---|-----|-----|
| Montante - US\$ mil   | - | --- | --- |
| Saldo patrimonial no passivo circulante na rubrica Financiamentos | - | --- | --- |
| Receitas (Despesas) líquidas na rubrica (Despesas) Receitas       | 3 | --- | --- |

**e. Risco de taxa de juros**

A distribuição dos contratos de empréstimos e financiamentos quanto à taxa de juros, pode ser demonstrada conforme abaixo:

|               | Controladora |       | Consolidado |       |
|---------------|--------------|-------|-------------|-------|
|               | 002          | 001   | 002         | 001   |
|               | %            |       |             |       |
| Emp           |              |       |             |       |
| préstimos e   |              |       |             |       |
| Financiamento |              |       |             |       |
| s:            |              |       |             |       |
| Pré           |              |       |             |       |
| TJ            |              |       |             |       |
| Lib           |              |       |             |       |
| Out           |              |       |             |       |
|               | _____        | _____ | _____       | _____ |
|               | _____        | _____ | _____       | _____ |

Como estratégia de gestão dos riscos desta natureza, as operações em TJLP estão protegidas por contratos de *hedge* no mesmo indexador, as operações com taxas pré-fixadas consistem em ACCs, que estão protegidas das oscilações cambiais por futuras exportações da Empresa. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não tem efetuado operações financeiras que tenham caráter especulativo.

**35 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto às principais

seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As principais coberturas de seguro são:

|   |  | <b>2</b> |            |            |
|---|--|----------|------------|------------|
|   |  |          | <b>002</b> | <b>001</b> |
|   | <b>Risco coberto</b>   |          |            |            |
| Prédios, estoques, máquinas e equipamentos de informática | Incêndio, danos elétricos, vendaval e flutuantes em locais não especificados | 2        | 42.150     | 32.290     |
| Aeronave  | RETA, LUC e CASCO  |          | 48.406     | 66.372     |
|   |  | 1        |            |            |
| Veículos  | Responsabilidade civil   |          | 8.260      | 18.900     |
|   |  |          | <hr/>      | <hr/>      |
|   |  |          | 308.816    | 417.562    |
|   |  |          | <hr/>      | <hr/>      |

### **36** Benefícios a funcionários

c) A remuneração e os devidos encargos sociais e trabalhistas são reconhecidos no resultado dentro do período de realização da obrigação com os funcionários.

Destacam-se como benefícios adicionais aos funcionários e seus dependentes as seguintes despesas incorridas em 2002:

|                                  | <b>Contro</b> | <b>Cons</b>    |
|----------------------------------|---------------|----------------|
|                                  | <b>ladora</b> | <b>olidado</b> |
| Alimentação                      | 3.508         | 7.157          |
| Creche                           | 1.628         | 1.628          |
| Educação                         | 1.954         | 2.134          |
| Transporte                       | 1.577         | 2.605          |
| Saúde                            | 3.319         | 3.663          |
| Segurança e medicina do trabalho | 1.759         | 2.442          |
| Capacitação                      | 2.773         | 3.278          |
| Outros                           | <u>1.013</u>  | <u>1.540</u>   |



|       |               |              |
|-------|---------------|--------------|
|       |               | <u>24.44</u> |
| Total | <u>17.531</u> | <u>7</u>     |

b) Em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, a Administração provisionou a participação de empregados nos lucros no valor de R\$ 4.456 (controladora) e R\$ 5.597 (consolidado), tendo pago em setembro de 2002 uma parcela de R\$ 1.622 (controladora) e R\$ 2.013 (consolidado) a título de adiantamento, e o saldo remanescente será pago no exercício social de 2003.

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Acordo de Participação nos Lucros datado de 19 de setembro de 2002, assinado pelo sindicato da categoria.

#### **Responsável Técnico**

Nilson Vicente Moreira Beneditto  
Técnico Contábil CRC RS-025095/O-3  
CPF nº 058.621.590-53

## **ANEXO VI – Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 15**

### **NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE**

### **NBC T 15 – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL**

## **15.1 CONCEITUAÇÕES E OBJETIVOS**

15.1.1 – Esta norma estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade.

15.1.2 – Para fins desta norma, entende-se por informações de natureza social e ambiental:

- a) a geração e a distribuição de riqueza;
- b) os recursos humanos;
- c) a interação da entidade com o ambiente externo;
- d) a interação com o meio ambiente.

15.1.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, ora instituída, quando elaborada deve evidenciar os dados e as informações de natureza social e ambiental da entidade, extraídos ou não da contabilidade, de acordo com os procedimentos determinados por esta norma.

15.1.4 – A demonstração referida no item anterior, quando divulgada, deve ser efetuada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as notas explicativas.

15.1.5 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve

ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício atual e do exercício anterior.

## **15.2 INFORMAÇÕES A SEREM DIVULGADAS**

### 15.2.1 – Geração e Distribuição de Riqueza

15.2.1.1 – A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a Demonstração do Valor Adicionado, definida na NBC T 3.

### 15.2.2 – Recursos Humanos

15.2.2.1 – Devem constar dados referentes à remuneração, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas da entidade.

15.2.2.2 – Quanto à remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, devem constar:

a) remuneração bruta segregada por empregados, administradores, terceirizados e autônomos;

b) relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores;

c) gastos com encargos sociais;

d) gastos com alimentação;

e) gastos com transporte;

f) gastos com previdência privada;

g) gastos com saúde;

h) gastos com segurança e medicina do trabalho;

i) gastos com educação (excluídos os de educação ambiental);

j) gastos com cultura;

k) gastos com capacitação e desenvolvimento profissional;

l) gastos com creches ou auxílio-creches;

m) participações nos lucros ou resultados.

15.2.2.3 – Estas informações devem ser expressas monetariamente pelo valor total do gasto com cada item e a quantidade de empregados, autônomos, terceirizados e administradores

beneficiados.

15.2.2.4 – Nas informações relativas à composição dos recursos humanos, devem ser evidenciados:

a) total de empregados no final do exercício;

b) total de admissões;

c) total de demissões;

d) total de estagiários no final do exercício;

e) total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício;

f) total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício;

g) total de empregados por sexo;

h) total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: menores de 18 anos, de 18 a 35 anos, de 36 a 60 anos, acima de 60 anos

i) total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos, com ensino fundamental, com ensino médio, com ensino técnico, com ensino superior, pós-graduados

j) percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo.

15.2.2.5 – Nas informações relativas às ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade, devem ser evidenciados:

a) número de processos trabalhistas movidos contra a entidade;

b) número de processos trabalhistas julgados procedentes;

c) número de processos trabalhistas julgados improcedentes;

d) valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça.

15.2.2.6 – Para o fim desta informação, os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo devem ser considerados procedentes.

15.2.3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo

15.2.3.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o ambiente externo, devem constar dados sobre o relacionamento com a comunidade na qual a entidade está inserida, com os clientes e com os fornecedores, inclusive incentivos decorrentes dessa interação.

15.2.3.2 – Nas informações relativas à interação com a comunidade, devem ser evidenciados os totais dos investimentos em:

- a) educação, exceto a de caráter ambiental;
- b) cultura;
- c) saúde e saneamento;
- d) esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária;
- e) alimentação.

15.2.3.3 – Nas informações relativas à interação com os clientes, devem ser evidenciados:

- a) número de reclamações recebidas diretamente na entidade;
- b) número de reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor;
- c) número de reclamações recebidas por meio da Justiça;
- d) número das reclamações atendidas em cada instância arrolada;
- e) montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça;
- f) ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações.

15.2.3.4 – Nas informações relativas aos fornecedores, a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.

#### 15.2.4 – Interação com o Meio Ambiente

15.2.4.1 – Nas informações relativas à interação da entidade com o meio ambiente, devem ser evidenciados:

a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;

b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;

c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;

d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;

e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;

f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;

g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;

h) passivos e contingências ambientais.

### **15.3 DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.3.1 – Além das informações contidas no item 15.2, a entidade pode acrescentar ou detalhar outras que julgar relevantes.

15.3.2 – As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não contábeis, evidenciando o critério e o controle utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

15.3.3 – A Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental deve ser objeto de revisão por auditor independente, e ser publicada com o relatório deste, quando a entidade for submetida a esse procedimento.